

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE AQUIDAUANA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-MESTRADO**

**RESISTÊNCIA CAMPONESA AO CAPITAL: O CASO DOS  
CAMPONESES PRODUTORES INFORMAIS DE LEITE DA  
MICRORREGIÃO DE TOLEDO - PR**

**ANDERSON BEM**

AQUIDAUANA  
DEZEMBRO 2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ANDERSON BEM**

**RESISTÊNCIA CAMPONESA AO CAPITAL: O CASO DOS  
CAMPONESES PRODUTORES INFORMAIS DE LEITE DA  
MICRORREGIÃO DE TOLEDO - PR.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosemeire Aparecida de Almeida.

AQUIDAUANA  
DEZEMBRO 2007

## RESUMO

A informalidade de produtos do campo vem sendo colocada em prática no território nacional por parcela significativa dos camponeses produtores de leite. De acordo com dados da SEAB (1999), a venda informal de leite no país cresceu 129 % na década de 1990. A continuidade e a recriação dessa prática têm desafiado os pesquisadores mais sensíveis aos problemas sociais manifestados no campo em consequência da expansão do capitalismo. E também, sinaliza para os limites de interpretação da realidade do campo brasileiro, presentes na ortodoxia marxista (KAUTSKY, 1972, LÊNIN, 1985) e no paradigma da integração da agricultura familiar ao mercado (ABRAMOVAY, 1998, VEIGA, 1994). Apontando, por sua vez, a necessidade de se compreender a expansão do capitalismo no campo a partir da noção do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo (OLIVEIRA, 2001), e do pressuposto da resistência camponesa ao processo de exploração e expropriação imposto pelo capital (MARTINS, 1995).

Este estudo procura deslindar a informalidade de produtos do campo realizada pelos camponeses no território brasileiro. Para tal propósito, tomou-se como recorte espacial a realidade vivenciada por parcela significativa dos camponeses produtores de leite da Microrregião de Toledo – PR, localizada na porção Oeste do Estado do Paraná. Na pesquisa a campo constatou-se que os camponeses não estão passivos diante da sujeição da renda da terra ao capital, situação que atesta a monopolização da fração do território camponês pelo capital.

Para diminuir o peso da subjugação da renda da terra pelo capital, os camponeses produtores informais de leite, da Microrregião de Toledo, têm criado formas e estratégias de resistência ao capital personificado na grande indústria de laticínios. Dentre essas formas de resistência camponesa, destacou-se a realização da comercialização in-natura do produto (leite e seus derivados) direto ao consumidor (informalidade), a manutenção e recriação da indústria doméstica de queijos e demais derivados do leite, a formação de pequenas cooperativas e associações.

**Palavras chave:** camponeses produtores de leite, informalidade de produtos do campo, desenvolvimento desigual, resistência camponesa.

## ABSTRACT

The informality of products of the field is being put into practice on the national territory by significant share of the peasants milk producers. According to data from SEAB (1999), the informal sale of milk in the country grew 129% in the decade to 1990. The continuity and recreation of this practice have challenged the researchers more sensitive to social problems manifested in the field as a result of the capitalism of expansion. And also, signal to the limits of interpretation of the reality of rural Brazil, in the Marxist orthodoxy (KAUTSKY, 1972, LÊNIN, 1985) and the paradigm of the integration of family farming to the market (ABRAMOVAY, 1998, VEIGA, 1994). Indicating, in turn, the need to understand the capitalism of expansion in the field from the notion of unequal development of capitalism and contradictory (OLIVEIRA, 2001), and the assumption of peasant resistance to the process of exploitation and expropriation imposed by capital (MARTINS, 1995).

This study seeks disclose the informality of products of the field held by peasants in the Brazilian territory. For this purpose, it has been lived like a spatial reality by significant share of the peasants milk producers of microrregião of Toledo-PR, located in the western portion of the State of Parana. In the search field found that the peasants are not passive in the face of the subject of the rent of land to the capital, which certifies the monopolization of the fraction of the territory by peasant capital.

To reduce the weight of oppression of the rent of land by capital, the peasant producers of milk informal, of microrregião of Toledo, has created ways and strategies of resistance to capital manifested in the vast industry of dairy. These forms of peasant resistance, emphasized to the achievement of marketing in-nature product (milk and its derivatives) direct to the consumer (informality), the maintenance and recreation of the domestic industry of cheese and other milk derivatives, training of small cooperatives and associations.

**Keywords:** peasant producers of milk, informality of products of the field, uneven development, peasant resistance.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>iv</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE TABELAS, FOTOS, GRÁFICOS E MAPAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1- A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O MÉTODO DE PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
<b>2- O LUGAR DOS CAMPONESES NAS DIFERENTES CORRENTES TEÓRICAS QUE INTERPRETAM O CAMPO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1- A conceituação de camponês.....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 – Algumas correntes teóricas norteadoras da interpretação sobre a reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro.....</b>	<b>26</b>
<b>3- A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE.....</b>	<b>36</b>
<b>4- OS CAMPONESES PRODUTORES INFORMAIS DE LEITE DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO – PR.....</b>	<b>47</b>
<b>4.1 – As diferentes leituras sobre a informalidade camponesa: o caso da produção de leite.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2 – A informalidade camponesa na Microrregião de Toledo.....</b>	<b>52</b>
<b>4.3 – A Lógica contraditória do capitalismo no campo: territorialização do capital e a territorialização do <i>campesinato</i>.....</b>	<b>58</b>
<b>4.4 – A territorialização camponesa oriunda da informalidade de produtos do campo.....</b>	<b>65</b>
<b>5 - A INFORMALIDADE DE PRODUTOS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AO CAPITAL.....</b>	<b>79</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
MPC	Modo de Produção Capitalista
PNQL	Programa Nacional de Melhoria na Qualidade do Leite
SAG	Sistema Agroindustrial
SUDCOOP	Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste

## LISTA DE TABELAS, FOTOS, GRÁFICOS E MAPAS

### Tabela

Tabela 1 – Grilos de terras no Paraná.....	41
Tabela 2 – Relação produção e preço pago pelo leite em Mal. Cdo. Rondon-PR.....	51
Tabela 3 – Relação de camponeses produtores de leite entrevistados.....	54
Tabela 4 – Economia camponesa: Produção comercializada e produção destinada a subsistência.....	55
Tabela 5 – Indústrias de laticínios que atuam na Microrregião de Toledo – PR....	62
Tabela 6 – Produção camponesa de leite. Relação entre volume de produção semanal de leite comercializado e preços pagos. (Média Anual de 2006).....	66
Tabela 7 – Indústria doméstica de derivados de leite: produção comercializada e destino .....	76

### Fotos

Foto 1 – Fábrica de queijos da Associação de Camponeses de Cerro da Lola em Toledo-PR.....	70
Foto 2 – Leite embalado pela família camponesa.....	71
Foto 3 – Participação camponesa na feira de Toledo.....	71
Foto 4 – Tanque de resfriamento de leite a granel.....	72
Foto 5 – Bicicleta usada no transporte de leite.....	74
Foto 6 – Motocicleta usada no transporte de leite .....	74
Foto 7 – Automóvel usado no transporte de leite .....	75

### Gráficos e Mapas

Gráfico 1 – Preço auferido pelos camponeses por litro de leite.....	69
Mapa 1 – Localização da Microrregião de Toledo e Municípios selecionados....	52



## INTRODUÇÃO

A reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro vem sendo objeto de estudo de várias ciências, como: geografia, história, sociologia, agronomia, antropologia entre outras áreas de conhecimento.

Todavia, as pesquisas se orientam em paradigmas teóricos que por sua vez, necessitam constantemente serem colocados à prova. Esta pesquisa tem a pretensa ousadia de aceitar este desafio. Apesar é claro, dessa tarefa não ser muito apreciada no meio acadêmico reprodutivista, já que para boa parte dos pesquisadores aderiram ao positivismo, ao historicismo ou ao marxismo ortodoxo como método de interpretação, ou ainda, os mais contemporâneos optaram pela ideologia do pós-modernismo.

A investigação proposta nesta pesquisa orienta-se na possibilidade de desvendar um problema concreto colocado pela realidade sócio-espacial. Este é o caso da comercialização informal de produtos do campo realizada por parcela significativa dos camponeses brasileiros. Em nossa pesquisa selecionamos os camponeses produtores informais de leite da Microrregião de Toledo – PR.

A informalidade surge a partir do momento que se adota o parâmetro da formalidade. No caso do leite, a formalidade passa a existir a partir da portaria 56 editada em 1998, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que regulamenta a produção de leite no território nacional de acordo com critérios e normas técnicas para definir identidade e qualidade do produto. Assim, o processo de industrialização com controle sobre a matéria-prima, passa a determinar o que é formal. Nesta perspectiva, a formalização da produção de leite dos produtores do campo (camponeses, latifundiários e capitalistas), passa a ser a integração com a indústria (laticínio). Logo, a informalidade refere-se à venda direta do produto in-natura aos consumidores.

A informalidade do leite tem chamando atenção dos pesquisadores que se atém ao estudo da bovinocultura do leite. Todavia, em nossa análise geográfica,

priorizamos as relações sociais construídas pelos camponeses no território que se processam no interior do capitalismo.

Neste momento, levantamos alguns questionamentos sobre a informalidade de produtos do campo realizada por boa parcela dos camponeses brasileiros:

1- No caso específico da produção de leite, a venda in-natura está proibida por lei. Neste horizonte, a prática da informalidade seria um desvio de conduta dos camponeses como afirmam os teóricos do SAG do leite? Ou é uma questão que deve ser analisada para além das restrições técnicas – sanitárias?

2- A microrregião de Toledo – PR, apresenta uma das maiores produções de leite do território paranaense, 394 milhões de litros ano, um pouco abaixo do total produzido no Estado do Mato Grosso do Sul, 498 milhões de litros ano. (IBGE, 2005). Os camponeses teoricamente estão numa região de fluidez econômica e de concentração de capitais na produção de lácteos. Este espaço agrário, na classificação de Abramovay (1998), pode ser chamado de mercados completos, pois o produtor tem vários canais de comercialização industrial e comercial. Será que nesses espaços, a informalidade de produtos do campo, é apenas resquícios do passado que está em vias de extinção? Se há perpetuação dessas práticas, qual é a teoria que dá conta desse antagonismo: produção industrial moderna *versus* produção artesanal camponesa?

3- Até que ponto os camponeses estão dispostos a dar continuidade a informalidade de produtos do campo? A informalidade é uma simples alternativa de sobrevivência camponesa, ou é um mecanismo de resistência camponesa em relação ao capital industrial?

Por meio dessas indagações, procuramos compreender e analisar a comercialização informal de produtos do campo realizada por parcela de camponeses da microrregião de Toledo – PR.

A escolha do objeto de estudo denuncia uma postura política e ideológica dos pesquisadores, por isso, no primeiro capítulo nos propomos a fazer uma breve discussão sobre os métodos de pesquisa que têm influenciado a produção do conhecimento nas ciências sociais, da qual a geografia faz parte. Neste momento, nos posicionamos por entender que o método é a forma como o pesquisador encaminhará a discussão e a investigação de seu objeto/ sujeito de estudo.

Mais adiante, no segundo capítulo nos propomos a problematizar a reprodução do *campesinato* no capitalismo. Fazemos análise de autores clássicos

como Lênin (1985), Kautsky (1972), Chayanov (1981) até os autores mais atuais que tem norteado as interpretações teóricas sobre a reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro, a saber: Martins (1991,1995), Oliveira (1981, 1995, 2001), Shanin (1980), Amim e Vergopoulos (1986), Veiga (1991, 1994), Silva (1996), Abramovay (1994, 1998), dentre outros.

No terceiro capítulo realizamos uma breve análise histórica sobre a formação do espaço agrário paranaense. Analisamos as contradições da ocupação do território paranaense, como por exemplo, a violência exercida contra as tribos indígenas, a recriação camponesa e os conflitos de classe no campo paranaense marcados pela violência das empresas imobiliárias, com a conivência do Estado e resistência dos camponeses.

No quarto capítulo nos atemos à análise da reprodução camponesa realizada por meio da comercialização informal de leite e seus derivados na microrregião de Toledo – PR. Primeiramente discutimos os sentidos das leituras feitas pelos pesquisadores que tem estudado a informalidade do leite, como é o caso dos teóricos do SAG do leite (Sistema Agroindustrial do Leite) e os da Cadeia Produtiva do leite. Num segundo momento, fazemos a exposição dos dados sobre a informalidade do leite e seus derivados, coletado por meio de trabalhos de campo realizados em janeiro e fevereiro de 2007.

No capítulo a seguir, “A informalidade de produtos do campo como estratégia de resistência camponesa frente ao capital”, aprofundamos a reflexão sobre a informalidade camponesa no leite, procurando captar o sentido concreto da sua perpetuação no interior do modo de produção capitalista. Neste momento, a distinção entre terra camponesa e terra capitalista se levanta como dado empírico. Pois, a terra camponesa não é coisa ou mercadoria, é patrimônio da família (WOORTMANN, 1990).

Como parte da metodologia, utilizamos evidências orais como recurso de análise da informalidade de produtos do campo. Para isto recorreremos à história oral como metodologia de investigação, tendo como base a entrevistas, cujo eixo é a reprodução camponesa e os sub-temas são: trabalho, família e propriedade da terra; apropriação da renda da terra pelo capital industrial e estratégias forjadas para a reprodução camponesa.

Para Thompson (1992, p. 137) a força da história oral está no sentido de que: “A evidência oral, transformando os “objetos” de um estudo em “sujeitos”,

contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.”

Almeida (2006a, p. 159) ao trabalhar com fontes orais na geografia tendo como objeto de estudo a reprodução da classe camponesa afirma que:

Uma das premissas importantes do trabalho com fontes é a de que estas têm ainda se constituído no caminho por excelência das classes oprimidas, logo que as entrevistas permitem às ‘pessoas comuns’ contarem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante as classes não-hegemônicas, verdadeiras ‘áreas inexploradas’.

Mais adiante, a autora assevera que:

... o trabalho com fontes orais tem necessariamente três momentos que compõem um só processo: o testemunho, a transcrição e a análise. Corroborando no sentido da importância da análise do testemunho, Veyne (1979, p. 70) escreve: ‘A história [...] mais que uma narração, é análise. São conceitos que a distinguem do romance histórico e de seus próprios documentos, se ela fosse ressurreição e não análise, não seria necessário escrevê-la’. (ALMEIDA, 2006a, p. 167)

A história oral parte dessa perspectiva que a história é antes de tudo a análise da ação humana. A evidência oral aqui utilizada procura captar a fala dos camponeses protagonistas da informalidade do leite, buscando apreender o processo na sua interioridade. Neste sentido, corroboramos com Martins (1995, p. 17):

...é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la.

Entendemos que a pressão pela formalização desses camponeses, que pressupõe a sua conseqüente integração com o capital industrial por meio da instituição da PNQL (Programa Nacional de Melhoria na Qualidade do Leite), tem sido questionada pelos camponeses. A continuidade da venda informal retrata essa resistência.

Partimos da premissa de que a integração dos camponeses com a indústria é marcada por uma relação conflituosa expressa na subjugação da renda camponesa pelo capital. Desse conflito de classes no campo emerge duas

territorializações distintas: a territorialização do capital que procura estreitar a relação de exploração com os camponeses; e a territorialização camponesa que visa a sua própria reprodução no campo, tendo a terra como morada da vida.

Constatou-se na microrregião de Toledo que parcela significativa dos camponeses produtores de leite tem criado formas e estratégias para diminuir o peso da extração da renda promovida pelo capital. Esse é o caso da formação de pequenas cooperativas, da participação nas feiras, da perpetuação da indústria doméstica de queijos e derivados de leite e principalmente, da venda in-natura do leite diretamente ao consumidor.

A informalidade do leite e de seus derivados têm se traduzido na Microrregião de Toledo como uma forma de resistência aos canais formais de comercialização que são as indústrias de laticínios regionais.

A clandestinidade conferida a essas práticas camponesas, pelo Estado, a serviço do capital industrial de lácteos, não tem inibido a sua perpetuação, mas tem lhe atribuído outro sentido, qual seja o da resistência ao capital, já que a viabilidade por meio de mecanismos formais é contestada por estes camponeses, que vêem a sua reprodução no campo ameaçada pelo fantasma da exploração e expropriação capitalista.

Diante do conjunto de informações que apresentamos, assumimos o pressuposto que a informalidade de leite e de seus derivados utilizada freqüentemente pelos camponeses se constitui numa estratégia de resistência camponesa na microrregião de Toledo – PR.

A construção desse trabalho foi resultado de um trabalho coletivo, tendo como orientadora a Professora Doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, muito mais do que orientadora da pesquisa, é uma pessoa sensível à causa camponesa. O Professor Doutor João Edmilson Fabrini viu o nascer desse trabalho de forma embrionária na graduação, e a sua orientação deu corpo e sentido para o início da problematização do tema. A Professora Doutora Maria Celma Borges que com suas críticas e sugestões durante o processo de qualificação, ajudou e impulsionou um salto qualitativo da discussão. A Edimara Rupollo e o Jonas kempp, amigos de graduação, licenciados em geografia, que dispuseram de seu tempo para contribuir neste trabalho de forma voluntária e solidária na pesquisa de campo. O Eduardo Ort, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaíra, mais do que um colaborador nos trabalhos de campo mostrou ser um sindicalista digno de respeito,

com posição e postura ideológica clara em relação à questão agrária brasileira e o seu papel social como sindicalista.

Sou grato ao respeito e solidariedade demonstrada para realização dos estudos de pós-graduação por parte da direção, dos professores, dos funcionários e dos alunos do Colégio Estadual Bairro XIV de Novembro de Cascavel – PR. E também, em especial ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS, por ter possibilitado a realização deste trabalho.

Esperamos com esta pesquisa, termos humildemente, conseguido captar um pouco da fala camponesa manifestada na realidade vivenciada pelos camponeses produtores informais de leite da microrregião de Toledo. Assim, acreditamos estar contribuindo para colocar a Geografia Agrária, enquanto disciplina do conhecimento, a serviço das classes dominadas, já que, como nos lembra Pedro Casaldáliga: “Todo ato técnico, todo gesto científico jorra ideologia. Ou se serve ao sistema, ou se serve ao povo”.

## 1 – A CIÊNCIA GEOGRÁFICA E O MÉTODO DE PESQUISA

Ao contrário do que muitos pesquisadores relativistas<sup>1</sup> ou pós-modernos<sup>2</sup> pensam, a questão do método é fundamental na investigação científica. Pois, o método não é apenas o caminho a ser traçado no decorrer da pesquisa, ou em outras palavras, os passos a serem contados durante uma noite chuvosa. A questão é mais crucial e profunda do que muitos imaginam.

Por isso, nos propomos a fazer uma breve discussão referente aos principais métodos de pesquisa que orientam a produção do conhecimento nas ciências sociais da qual a geografia faz parte.

De acordo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira a geografia:

... como a maioria das ciências humanas, nasceu no século XIX, sob a égide do debate filosófico entre o positivismo, o historicismo e a dialética. Aliás, estas três correntes filosóficas de pensamento formam as raízes do pensamento geográfico<sup>3</sup>. (OLIVEIRA, 1995, p. 18).

Começaremos pelo **método positivista** que é utilizado com freqüência por boa parte dos pesquisadores, em especial da geografia. Este método pode ser sintetizado nos seguintes postulados:

---

<sup>1</sup> Na perspectiva relativista destaca-se a obra de Paul Feyerabend: "Contra o método".

<sup>2</sup> "O pós-modernismo, como forma geral de pensamento, apresenta uma tendência antitotalizante, antigeneralizante, no tocante à sociedade, rejeitando não tanto a narrativa per se, mas todos os tipos de narrativas grandiosas \_ tais como a crítica marxista ao capitalismo ou mesmo a proposição mais neutra da importância histórica do capitalismo \_, optando, em vez disso, por uma abordagem descentralizada, caótica mesmo, [caótica] da sociedade, que é vista como inerentemente fragmentada". (FOSTER, 1999, p.197).

<sup>3</sup> Existe na ciência geográfica autores que defendem a tese de que a geografia nasce do debate entre possibilismo e determinismo geográfico, a exemplo de Moraes (1995) em seu livro "Geografia: pequena história crítica". Para Oliveira (1995) essa análise embora não seja equivocada, simplifica o debate travado na geografia, que transbordava os limites da disciplina, a respeito da questão do método nas ciências sociais e naturais.

- 1- A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
- 2- A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como “naturalismo positivista”) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza.
- 3- As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos. (LÖWY, 2003, p. 17).

Na compreensão da filosofia positivista as ciências sociais devem se pautar pelo mesmo método impresso as ciências naturais. Assim, as ações humanas são investigadas por meio da observação e explicação causal, pressupondo sempre a atuação do pesquisador de forma neutra e objetiva; livre de qualquer julgamento de valor e de ideologia. Essa forma de pensar e fazer ciência se faz presente até os dias atuais nas ciências sociais, bem como na geografia. Ela fundamenta-se na observação e descrição dos fatos, descartando da análise os conflitos sociais e o conteúdo ideológico da ordem dominante burguesa.

Conforme Oliveira (1995, p.19), essa corrente ganhou grande importância na produção geográfica, aparecendo na forma de um “... movimento neopositivista, também denominado de empirismo lógico, manteve praticamente, intacto este postulados básicos, sobretudo este da objetividade/neutralidade”.

Embora as críticas ao método positivista tenham ganhado repercussão nas ciências sociais, evidencia-se na geografia uma volumosa produção acadêmica assentada em pressupostos positivistas.

Outra corrente que merece menção é o historicismo. O **método de pesquisa historicista** parte dos seguintes postulados:

- 1- Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através de e na sua historicidade.
- 2- Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que o estudam.
- 3- Não somente o objeto de pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista. (LÖWY, 2003, p. 66).

O historicismo segundo Löwy (2003) traz contribuições para a pesquisa científica nas ciências sociais ao reconhecer a diferença existente entre fatos



naturais e os sociais, e também por localizar o pesquisador no período histórico de que faz parte. Todavia, o historicismo ao priorizar excessivamente a história, fica “preso a sua própria historicidade”, ou seja, o método se torna prisioneiro da história. Logo, toda a exposição orienta-se na explicação dos acontecimentos pautados na descrição e interpretação da história. É como se os fatos em si fossem a priori mais relevantes que a própria dinâmica que os geraram. A este respeito Walter Benjamim argumenta que: “O historicismo não tem armação teórica. Procede por adição: conclama a massa dos fatos para preencher o tempo vazio e homogêneo”. (BENJAMIM, 1991, p. 162).

De acordo com Oliveira (1995 p.20): “O historicismo está pois, na raiz filosófica daquilo que os geógrafos chamam de possibilismo. Também, não é demais lembrar que a discussão sobre a região na Geografia inscreve-se no interior do historicismo.” Como bem salienta Oliveira (1995) o historicismo entra na geografia pela janela do possibilismo geográfico. Está corrente nasceu na França em fins do século XIX e início do XX, tendo como principal representante Vidal de La Blache. A raiz deste historicismo se manifesta de forma conservadora, devido à necessidade de legitimação dos Estados - Nações.

Hettner, importante geógrafo alemão do início do século XX, é um dos exemplos da influência historicista na geografia. Para ele a ciência geográfica através da região “... garantiria um objeto próprio, um método específico e uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais”.(GOMES, 1995, p. 59)

Löwy (2003), observa que nas ciências sociais o neo-historicismo tomou caminhos diversos, ora se aproximando do marxismo ora do positivismo e também da perspectiva relativista. É nestas metamorfoses que também aparece o **marxismo ortodoxo**, outro método de pesquisa que orienta boa parte dos pesquisadores das ciências sociais.

De acordo com Löwy (2003), no final do século XIX e início do XX, a ideologia positivista possuía uma imensa força, isto repercutiu e influenciou a doutrina operária socialista da Segunda Internacional<sup>4</sup>. Foi comum a presença de

---

<sup>4</sup> Refere-se a um organismo de classe criado na Europa para aglutinar os trabalhadores em escala internacional sob a orientação socialista baseada nos fundamentos teóricos dos escritos produzidos por Karl Marx.

linhas teóricas sob a orientação do pensamento positivista como de Comte, Darwin, Spencer e Kant. Esse movimento penetrou no interior do marxismo ortodoxo.

O positivismo não era somente o apanágio dessas correntes revisionistas ou ecléticas da Segunda Internacional, ele modelou em grande medida, a doutrina do próprio marxismo ortodoxo e especialmente aquele que era seu próprio representante: Karl Kautsky. (LÖWY, 2003, p. 118).

Para Kautsky não havia distinção entre as leis naturais e as leis da sociedade e o intelectual deveria estar acima de todas as lutas e contradições de classe. O marxismo ortodoxo personificado em kautsky era "... concebido como uma ciência positiva, livre de julgamentos de valor..." (LÖWY, 2003, p. 119).

No método **marxista ortodoxo** de pesquisa, além do pressuposto da neutralidade tão exaltada pelos positivistas, nota-se a utilização do materialismo histórico como lei universal e única de interpretação dos fatos<sup>5</sup>.

Outro método de pesquisa a ser destacado é a **dialética marxista**. De acordo com Henri Lefevbre, este método parte do princípio da investigação científica como forma de abstrair a realidade concreta em movimento. Para isto:

... o método marxista declara possível a reconstituição do todo e do movimento. Por certo, é preciso atingir os elementos por abstração e, portanto, separá-los, isolá-los. Mas, quando bem conduzida, a análise só divide os elementos para reencontrar suas conexões, as suas relações internas no todo. (LEFEVBRE, 1979, p. 36).

A respeito do método de análise, Marx é bem claro:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como pensamento da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo... (MARX, 1999, p. 40).

Conforme Lefevbre (1979), para Marx a exposição do concreto a partir dos seus elementos é o único método científico. Daí a crítica de Marx dirigida a Hegel,

---

<sup>5</sup> A respeito do marxismo da Segunda Internacional que deu origem ao marxismo ortodoxo, Andreucci (1982, p. 21 -22), assevera que "... o marxismo no seu conjunto, descontadas raras exceções que confirmavam a regra, se havia empobrecido e se tornara, exatamente, "marxismo da Segunda Internacional", um marxismo "vulgar", grosseiramente mecanicista, evolucionista, distanciado da filosofia, mera explicação da necessidade das leis do desenvolvimento histórico, freqüentemente traduzidos de cientificismo positivista".

este que apesar de ter desenvolvido a dialética, percebendo a complexidade do concreto, recorre a explicações metafísicas para interpretar a realidade concreta.

Para Marx:

... na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sob a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1999, p. 52).

Ao contrário de Hegel que toma a dialética de forma idealista, Marx demonstra que a dialética enquanto método deve se ater aos fatos concretos da realidade, por isso, ela para ser científica deve focar a materialidade, ou seja, a forma real dos homens produzirem a vida.

Neste sentido, a dialética materialista parte do pressuposto de que:

... as idéias que fazemos das coisas \_ o mundo das idéias \_ são apenas o mundo real, material, expresso e reflectido na mente dos homens, isto é, edificam-se com base na prática e no contacto activo com o mundo exterior, através de um processo complexo onde entra toda a cultura. (LEFEBVRE, 1979, p. 39).

O mundo real apesar de ser o mundo concreto, ele reflete-se de forma estrutural por meio do seu aprisionamento realizado pelos homens, que conduz a idéias permeadas de interpretações políticas-ideológicas. A respeito dessas interpretações, Löwy (2003) argumenta que o marxismo traz a luz o conteúdo ideológico que é camuflado pela burguesia e pela ciência positivista. Para o autor, a ideologia burguesa impõe limites à busca da verdade para os teóricos burgueses. O pressuposto da neutralidade científica tão exaltado pelos pesquisadores positivistas vem ao chão, quando analisamos os mecanismos de reprodução da ordem dominante do capital.

A dialética marxista enquanto método de pesquisa, analisa o concreto, que são as formas reais e materiais de produção da existência dos homens, ou seja, a

forma como os indivíduos se organizam em sociedade para garantir sua sobrevivência. Na sociedade capitalista da qual fazemos parte, há uma constante luta de classes entre as duas classes genéricas que compõe este modo de produção: os trabalhadores e os capitalistas. Desta relação conflituosa, ocorre simultaneamente, a reprodução e a negação da ordem dominante do capital. Esta contradição é inerente ao modo de produção capitalista, que produz de um lado o capitalista, dono dos meios de produção que aumenta o seu capital por meio da exploração do trabalho alheio; e de outro, situa-se o trabalhador expropriado dos meios de produção que se vê obrigado a vender sua força de trabalho para se reproduzir biologicamente.

A presente pesquisa orienta-se na dialética marxista como forma de investigar a realidade concreta. Ao passo que a dialética marxista busca a essência do próprio movimento contraditório que integra a totalidade engendradora do concreto, as partes do movimento são analisadas como partes do todo, carregando em si a sua própria negação. O pesquisador, bem como o objeto de pesquisa, são situados no campo político e ideológico de que fazem parte, pois a investigação científica é permeada pela incessante luta de classes que se processa no seio da sociedade.

Portanto, o viés teórico metodológico da investigação se fundamenta nos pressupostos interpretativos da dialética marxista. É nesta perspectiva, que os camponeses que fazem uso da comercialização informal de produtos do campo na microrregião de Toledo – PR, vão ser compreendidos e posteriormente, localizados em relação as suas práticas sobre o território.

## **2 - O LUGAR DOS CAMPONESES NAS DIFERENTES CORRENTES TEÓRICAS QUE INTERPRETAM O CAMPO**

O objetivo desse capítulo é fazer uma discussão sobre o lugar dos camponeses no debate teórico. Dito de outra forma, como ele (o camponês) é concebido pelas correntes teóricas que se propuseram e se propõem a estudar o campo. Para tal propósito utilizamos um conjunto de autores: clássicos da questão agrária como Lênin (1985), Kautsky (1972), Chayanov (1981), e também outros autores que têm influenciado a produção teórica a respeito da perpetuação dos camponeses no capitalismo, a saber: Martins (1995, 1991), Oliveira (1981, 1955, 2001), Amin e Vergopoulos (1986), Shanin (1980), Veiga (1991, 1994), Abramovay (1994, 1998), Lamarche (1993), Silva (1996), dentre outros.

### **2.1- A conceituação de camponês**

Por que se faz necessário conceituar o camponês? A resposta desta pergunta não é tão simples quanto se faz parecer. Para alguns teóricos de tendência eclética as conceitualizações devem ser relegadas a um segundo plano nas pesquisas, pois expressam um grau exacerbado de fidelidade que conduz a posturas rígidas. Já para outros teóricos de cunho mais ortodoxo, os conceitos são chaves essenciais para a investigação da realidade de forma irrevogável, apresentando-se uma vez quando bem delimitados como mecanismos infalíveis da investigação da realidade.

A nossa intenção nesse momento de conceituar o camponês não está perpassada por essas duas compreensões supra destacadas. O objetivo da busca da conceitualização é colocar em movimento a realidade vivenciada por determinado grupo social, localizando-o no contexto e no debate teórico relevante da investigação científica. Shanin (1980, p. 76) destaca que: “É pelo trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e ações políticas reais que as utilizações de um conceito devem ser julgadas”.

A Questão Agrária é anterior ao debate conceitual do que seria o camponês. É na Rússia do final do século XIX e início do XX, que ela ganha força e relevância no debate político orientado na transição da Rússia arcaica: “Capitalista com traços de feudalidade” para o Socialismo. Neste contexto começam a se desenhar dois paradigmas da questão agrária: o marxista, baseado na compreensão do avanço das relações sociais de produção capitalistas sobre o campo com algo irreversível para a dissolução da unidade de produção camponesa e, do outro lado, o chayanoviano, que vê a produção camponesa como um sistema econômico não-capitalista que têm uma dinâmica peculiar diferenciada das relações de produção tipicamente capitalistas.

Para Chayanov la economía campesina es un modo de producción em el mismo nivel que los modos de producción esclavista o capitalista; en cambio, para Marx la producción mercantil simple nunca alcanza a constituirse en un modo de producción dominante y com tal puede estar presente y desarrollar-se bajo diferentes modos de producción. (ARCHETTI, 1974, p. 18).

A citação de Archetti (1974) demonstra a diferença resultante da compreensão da realidade concreta. Ambos paradigmas apresentam alguns problemas de interpretação quanto aos limites e possibilidades da investigação da realidade no que se refere a reprodução camponesa. Se Chayanov por um lado entende os camponeses fora do capitalismo, o que é um problema de análise estrutural da sua teoria, por outro lado, ele aponta para as particularidades do funcionamento da unidade de produção familiar no campo, que as diferencia das relações de produção capitalistas.

Para Chayanov (1981, p. 138-139) a racionalidade camponesa pode ser expressa no “... grau de auto-exploração [que] é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação das necessidades da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. A lógica da reprodução camponesa estaria relacionada à relação balanço – consumo, ou seja, auto-exploração do trabalho visando a satisfação e a melhoria do bem-estar da família. A diferenciação social camponesa aconteceria pela pressão demográfica (diferenciação demográfica), quando as condições de auto-exploração do trabalho não fossem mais capazes de satisfazer as necessidades dos integrantes da família, assim uma parcela da população teria que migrar em busca de mais terras.

Acreditamos que a riqueza do pensamento de Chayanov esta em compreender a particularidade do funcionamento da unidade de produção familiar no campo, que é presente na organização camponesa atual e, é a marca da territorialização camponesa sobre o território, em que a terra não é mercadoria, mas é terra de trabalho, morada da vida, pois se assenta no tripé: terra, trabalho e família. Estes aspectos dão identidade a uma classe que é *sui generis* no MPC, pois o camponês é um trabalhador que detêm os meios de produção, ao mesmo tempo em que trabalha se reproduz socialmente.

Já em se tratando do paradigma marxista, um dos legados é a compreensão de que as unidades de produção caracterizadas como camponesas não podem constituir um modo de produção, pois não representam antagonismos de classe. Neste sentido, devem ser situadas, num horizonte mais amplo, macro-econômico, em que é parte integrante do movimento dialético do modo de produção capitalista, e também foi parte integrante de outros modos de produção. Todavia, a interpretação da unilateralidade do avanço das relações capitalistas sobre o campo tendo como objeto de estudo a Inglaterra, berço do capital industrial, conduziu a análise de Karl Marx a tendência da compreensão da homogeneização das relações de produção capitalistas sobre o espaço e a conseqüente clivagem da sociedade em capitalistas e proletários. Neste contexto, os camponeses estariam fadados ao desaparecimento que seria promovido pelo avanço inquestionável das relações sociais de produção capitalistas. Dessa concepção unívoca, nascerá o marxismo ortodoxo da Segunda Internacional, tendo como personagem principal Karl Kautsky.

Todavia, o próprio Marx em mensagem expressa a populista russa Vera Zassulitch que, juntamente com seus colegas haviam entrado em contradição com a leitura de “O Capital” e a realidade de seu país, aponta possibilidades para a concretização do Socialismo por meio do aproveitamento do potencial da comuna russa. (MARTINS, 1995, p. 15).

É desse debate sobre a transição do capitalismo para o socialismo, que a questão agrária, mais precisamente a questão camponesa aflora. Embora na ala ortodoxa do marxismo os camponeses foram tidos como resquícios em vias de extinção, a história provou a perpetuação dos camponeses e ainda mais, o seu caráter revolucionário e a sua força de resistência que ficou demonstrada na Rússia, na China, no Vietnã e em vários países. (SHANIN, 1980, p. 72-73).

A perpetuação dos camponeses nos diferentes modos de produção que existiram ao longo da história, como bem coloca Shanin (1980, p. 58), é um problema para os estudiosos que procuram as razões do seu não-desaparecimento.

Shanin (1980, p. 68-69) defende a tese que os camponeses se constituem numa especificidade social presente em vários sistemas sócio-econômicos:

... os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. (...) as histórias camponesas se relacionam com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas que não existem camponeses.

Mais adiante Shanin (1980, p. 75) acrescenta que:

O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão de extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses.

A condição de especificidade social apontada por Shanin (1980) para entender a perpetuação dos camponeses nos mais diversos modos de produção coloca em pauta o problema do método de pesquisa e a atuação do pesquisador como sujeito político, desde a validação e contextualização do conceito no processo social, até mesmo a possibilidade da sua revogação.

Para Abramovay (1998) a conceituação de camponês é revogada quando o modo de produção capitalista aprofunda suas relações sócio-econômicas em determinado espaço. O autor utiliza-se dos conceitos de mercado perfeito e mercado incompleto de Ellis (1988), para diferenciar camponês de agricultor familiar moderno. Neste sentido, o autor aponta que a existência dos camponeses está relacionada aos lugares em que as relações econômicas não adquiriram força de regular de forma completa a economia. Estes lugares seriam os mercados incompletos em que a integração dos camponeses se faz de forma parcial. Por sua vez, os espaços em que as relações sociais se tornam minadas pelo capital, se torna incompatível a reprodução camponesa com a esfera social:



As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços culturais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1998, p. 117).

Dessa interpretação aflora a tese de Abramovay (1998) do despojamento da ancestralidade camponesa promovida pelo avanço do mercado. Dessa relação acontece a “metamorfose” de camponês a agricultor familiar moderno. Mais adiante voltaremos a essa discussão.

Martins (1995), por outro lado, partindo de outros pressupostos teóricos atribui um cunho político e histórico ao camponês. Para o autor, os camponeses se diferenciam de outros grupos sociais pelo fato de a terra ter a conotação para eles, de terra de trabalho, o que os difere dos capitalistas e latifundiários que atribuem a terra um caráter de poder, exploração e de especulação.

Martins (1995) já em 1981 alertava para o problema teórico dos intelectuais da época em quererem colocar os camponeses como figuras do passado ou de imputar um sentido a sua fala:

O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse ‘passado’ só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária \_ essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse ‘passado’ é uma arma de luta no presente. Esse ‘passado’ só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital \_ quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente ‘no futuro’, na superação e na solução das contradições do capital \_ da exploração e da expropriação. (MARTINS, 1995, p. 16)

Mais adiante o autor fala sobre a gênese do camponês brasileiro:

... o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco

mais de trinta anos se deslocaram para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato Grosso. Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra. (MARTINS, 1995, p. 17).

Na interpretação de Martins (1995) os camponeses passam a ser compreendidos como sujeitos sociais e históricos que estão situados como uma das contradições do capitalismo, e devem ser analisados a partir dos pressupostos da exploração e da contradição do movimento do capital. É nesta perspectiva, que a luta camponesa para entrar e permanecer na terra adquire sentido concreto.

Essa compreensão de Martins (1995) coloca em discussão o pressuposto da contradição para a compreensão da questão camponesa dentro do capitalismo. Em nossa análise, a incompatibilidade de relações camponesas ao capital defendida por Abramovay (1998) não contempla as lutas e as diversas formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses durante a história brasileira passada e presente. Neste contexto nos baseamos na conceitualização de Martins para diferenciar as classes sociais que emergem no espaço agrário. Partimos da compreensão de que não é a sua integração ao mercado que lhe imputa uma metamorfose de classe, em outras palavras, uma coesão de interesses que lhes possibilite uma aproximação de classe com os latifundiários, capitalistas comerciais, bancários e indústrias. Ao contrário, o mercado capitalista representa a ameaça concreta a sua condição de classe. Por isso, acreditamos que a vulgarização da noção dos iguais, postulado pelos teóricos (neo) liberais, apenas oculta a exploração e expropriação do campesinato brasileiro, promovida pelo capital em seu conjunto.

A validação do conceito de camponês e sua conseqüente utilização, em nosso entendimento, se fazem necessário porque fornece horizontes teóricos propícios a investigação dos conflitos de classe presentes no campo brasileiro e também, localiza os camponeses no seio da exploração e da contradição da sociedade capitalista de produção.

A seguir nos atemos à análise de algumas correntes teóricas que tem predominado nas análises sobre o campo brasileiro.

## 2.2 – Algumas correntes teóricas norteadoras da interpretação sobre a reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro

Em nossa análise destacamos algumas das correntes que têm norteador grande parte das pesquisas referentes ao espaço agrário brasileiro. Dentre elas, ressaltamos:

- A teoria da homogeneização do capitalismo no campo;
- A teoria da viabilidade da agricultura familiar no campo;
- O idealismo no campo;
- Desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo.

A corrente teórica da homogeneização do capitalismo no campo, parte do pressuposto de que o avanço do modo de produção capitalista sobre o espaço agrário, tende a ser regido somente por relações capitalistas de produção. Isto quer dizer, que as relações de produção do tipo familiar (camponesas) estão fadadas ao desaparecimento, pois o desenvolvimento das forças produtivas produz uma espécie de igualização do capital sobre o espaço em sua totalidade. Essa interpretação sobre a espacialização do capital no campo tem suas raízes nas concepções ortodoxas de Kautsky e Lênin.

Lênin em sua obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, de 1899, procurou demonstrar o processo de diferenciação social existente entre os camponeses da Rússia. Para ele, essa diferenciação era uma condição do avanço das relações de produção capitalistas no campo, que conduziria a transformação dos camponeses mais bem estruturados em capitalistas e os camponeses mais pobres em assalariados. Nesta análise, a decomposição dos camponeses apareceria como uma lei geral do desenvolvimento do capitalismo no campo. Pois: “O mercado interno para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõem os produtores diretos em capitalistas e operários”. (LÊNIN, 1985, p. 33, grifo nosso).

Na concepção de Lênin, as relações tipicamente camponesas seriam varridas do campo pela expansão das relações de produção capitalistas. Nesta concepção, o camponês ou se torna capitalista ou assalariado. O pensamento de Lênin a respeito da questão agrária está ancorado na concepção clássica do marxismo, a qual coloca os operários como classe revolucionária para a transição do

capitalismo para o Socialismo. Já os camponeses são tidos como sujeitos históricos atrasados e inferiores para se mobilizar e lutar contra o capital. Marx também em algumas passagens ressalta a inferioridade dos camponeses perante os operários.<sup>6</sup>

Kautsky em seu livro “A Questão Agrária” de 1899, ressalta a superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa, tanto na dimensão técnica como na perspectiva econômica. Em sua análise, nem a formação de cooperativas pode tornar viável a pequena exploração e salvá-la do desaparecimento.

As vantagens de uma grande propriedade composta por terras contíguas, as vantagens da divisão do trabalho, da direcção de um agrônomo – ou seja, precisamente as vantagens da grande exploração – não são nunca proporcionadas ao pequeno camponês por esta espécie de cooperação. Por isso, é uma vã ilusão esperar que as cooperativas tornem a exploração capaz de utilizar processos de cultura tão racionais como o da grande exploração. (KAUTSKY, 1972, p. 167).

Embora a análise kautskyana tenha grande respaldo quando se observa a subordinação da agricultura ao capital em geral, presente tanto na mecanização com a crescente incorporação de técnicas e da ciência, como no uso do crédito financeiro como condição para o aumento e manutenção da produção, nota-se certo grau de incoerência do autor ao destacar a pretensa superioridade da grande exploração sobre a pequena exploração, segundo ele, fadada ao desaparecimento, isolamento e miséria.

Para Amin e Vergopoulos (1986), os erros de interpretação de Kautsky situam-se numa concepção unívoca totalizadora que prioriza a uniformidade do mundo. No Marxismo Kautskysta e na ideologia burguesa do progresso “... o diferente, exterior, excepcional, desviante, tem apenas existência transitória. É a grande lógica totalizadora, que exige não apenas a submissão geral ao Um mas, sobretudo, assimilação geral de todos os elementos às categorias constitutivas do Um” (AMIN & VERGOPOULOS, 1986, p. 137).

Nesta concepção homogeneizadora e uniforme feita pelo marxismo ortodoxo e pela burguesia progressista<sup>7</sup>, a unidade de produção camponesa é considerada como uma anomalia em vias de extinção.

---

<sup>6</sup> Porém, acreditamos conforme Martins (1995) que a concepção de Marx é do desenvolvimento desigual do capitalismo, e não a da igualização completa do capital como argumentam os marxistas ortodoxos.

O grande fantasma que inspira esta visão de mundo é a idéia da marcha geral em direção ao “desenvolvimento”, à “realização”; à “maturidade”; em resumo, à identificação. Tudo o que não pertence às categorias do MPC, pensamos, é pré-capitalista e vai (deve) desaparecer. (AMIM & VERGOPOULOS, 1986, p. 137).

Esse viés interpretativo do espaço agrário está presente em vários autores que tem estudado o campo brasileiro. Dentre eles, podemos destacar José Graziano da Silva (1996) e Francisco Graziano Neto (1994).

Para Silva (1996), a partir da modernização do campo a agricultura passa a ter uma nova dinâmica, dependendo cada vez mais da indústria. A partir desse momento a agricultura se industrializa e torna-se subordinada direta ao capital.

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas interdependentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho (...) a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital. (SILVA, 1996, p. 34, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a industrialização da agricultura é vista como um processo único, não havendo assim alternativas para os camponeses. Pois, a industrialização da agricultura promove a subordinação direta da agricultura à indústria, as relações tidas como tradicionais, como as familiares, a parceria entre outras formas, agora, passam a dar lugar as relações do tipo assalariadas.

Para Graziano Neto (1994) a única saída do pequeno produtor é a sua integração ao complexo agroindustrial.

O sistema de integração com a indústria (...) torna os agricultores dependentes das grandes empresas, é verdade. Mas é essa relação que permite os elevados níveis de produtividade dos produtos rurais, possibilitando a eles manterem níveis de vida bastante satisfatórios. (GRAZIANO NETO, 1994, p. 241)

Para este autor, a reforma agrária não é uma questão relevante, pois em linhas gerais o trabalhador rural não luta pela propriedade da terra, mas sim por melhores condições de trabalho e por salários. Uma reforma agrária socializada

---

<sup>7</sup> O termo burguesia progressista é utilizado por Amim e Vergopoulos (1986) para caracterizar a idéia geral do desenvolvimento como marcha geral de maturidade que presume a uniformidade do mundo.

levaria a decadência da agricultura empresarial por falta de braços, gerando conseqüentemente, uma crise de abastecimento alimentar urbano no país. Ainda, conforme o autor: "Os latifúndios se modernizaram. A agricultura se industrializou. Resta agora ao pensamento progressista superar-se".(GRAZIANO NETO, 1994, p. 254).

Na concepção de Graziano Neto (1994), os pequenos agricultores são incapazes de abastecer com alimentos a população urbana do país, pois somente a empresa agrícola é capaz de produzir o excedente necessário para o meio urbano. Nesse sentido, a reforma agrária consiste em ideais retrógrados que não confere com a realidade atual do campo modernizado. Os camponeses não têm mais lugar no campo, as formas de relação tipicamente familiares fazem parte do passado.

Outra compreensão da questão agrária e a reprodução camponesa é a da **viabilidade da produção familiar ao mercado**, assentada nas concepções teóricas de Abramovay (1994, 1998) e Veiga (1991 e 1994). Conforme esses autores, a questão da produtividade e da adoção de tecnologias é fundamental para a sobrevivência da empresa familiar.

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários (...) que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos serão levados a sair do ramo.(...)

No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um treadmill<sup>8</sup>. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência. (VEIGA, 1994, p.79.).

Na compreensão de Veiga (1994), somente os agricultores mais capazes de se adequar às novas tecnologias e de se adaptar no contexto do livre mercado continuarão na atividade agrícola, sendo que os demais tidos como "retardatários" terão que abandonar o campo.

Outro elemento de análise para ambos autores é a questão da intervenção do Estado, que deve atuar como fomentador de uma "política produtivista" assentada no progresso técnico. A respeito dessa intervenção do Estado, argumenta-se que:

---

<sup>8</sup> Aparelho que era usado no século XVIII para transformar o andar humano em força motriz, em que os prisioneiros subiam em pedais fixados em torno do cilindro. Os seus eixos giravam sem que os prisioneiros saíssem do lugar.

Em vários países europeus, a intervenção da política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas produtivista: tratou de adaptar a estrutura de posse e de uso da terra às exigências do progresso técnico. (ABRAMOVAY, 1994, p. 106)

A questão da produtividade e sua relação com o progresso técnico é a via mais importante para o desenvolvimento econômico da agricultura, sobretudo a familiar. Assim, a agricultura familiar independe da dimensão da propriedade, mas sim da inovação tecnológica e da produtividade em média e grande escala.

Para Abramovay (1994) e Veiga (1994) a agricultura familiar tem papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, a agricultura familiar concebida por estes autores, trata-se de uma empresa familiar no campo que tem uma estrutura favorável à adoção de novas tecnologias e tem facilidade de se adaptar ao mercado. Nesta compreensão, o agricultor familiar é concebido como uma superação do camponês integrado a mercados parciais e incompletos. De acordo com essa interpretação os agricultores do Sul do Brasil:

... integraram-se plenamente a estas estruturas sociais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. (ABRAMOVAY, 1998, P.126 – 127).

Mais adiante o autor afirma que:

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista para agricultura. (idem, p. 129).

Na concepção da corrente teórica da viabilidade da agricultura familiar no capitalismo, a produção familiar é tida como uma unidade de produção moderna

mercantil. Neste sentido que Plein & Schneider (2003), fazem uso da terminação *mercantilização* para compreender a lógica de reprodução familiar no campo. “O conceito de mercantilização permite compreender o que acontece com a agricultura familiar quando esta se insere, cada vez mais, nos mercados, seja através da venda de mercadorias, da compra de insumos para a produção, ou ainda, do acesso ao crédito”.(PLEIN & SCHNEIDER, 2003, p. 67).

A corrente do **idealismo** têm se manifestado nas pesquisas sobre o campo brasileiro, principalmente por meio da orientação teórica metodológica do francês Hugues Lamarche (1993). O referido autor demonstra um exacerbado relativismo no que tange aos procedimentos da construção de sua exposição teórica. Todavia, boa parte das pesquisas realizadas na geografia, agronomia e sociologia têm seguido seus pressupostos de investigação na pesquisa científica.

Primeiramente citamos uma passagem em que Lamarche (1993) procura evidenciar o que seria uma exploração familiar:

As explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponde a uma classe social no sentido marxista do termo. Desse modo, a exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e um mesmo modelo de funcionamento, as explorações familiares dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc...). (LAMARCHE, 1993, p. 18, grifo nosso).

O autor, nesta passagem, está destacando os diferentes modelos hipotéticos de funcionamento das explorações familiares, procurando enfatizar a questão da particularidade de cada exploração familiar. Mais adiante ele argumenta que: “Os exploradores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro”.(LAMARCHE, 1993, p. 19).

Percebe-se claramente a perspectiva idealista de Lamarche que procura destacar a questão da singularidade da memória do indivíduo como forma de permanência dos agricultores no campo. As relações contraídas pelos agricultores no interior do modo de produção capitalista, não são colocadas pelo autor como algo conflitivo que envolve toda uma estrutura econômica e social do conjunto de



determinada sociedade, na qual os agricultores são parte integrante desse movimento.

... a exploração familiar está um pouco presente em toda parte do mundo, apesar das numerosas tormentas econômicas e políticas que ela teve de enfrentar, é sem dúvidas graças à sua excepcional capacidade de adaptação. As explorações familiares que sempre mantiveram em seus lugares são as que souberam - ou puderam adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado.(LAMARCHE, 1993, p. 21, grifo nosso).

Na concepção teórica de Lamarche (1993) as explorações familiares termo que ele utiliza para referir-se a população do campo, têm suas relações sociais de produção baseada no trabalho familiar, consistindo em formas de produção que divergem de acordo com vários aspectos (condição técnica, cultural, climática, etc...). E sua condição de permanência está associada a dois aspectos fundamentais: a adaptabilidade em relação ao mercado e a sua própria singularidade originada no domínio da memória e na ambição para o futuro. Isto faz com que, na análise do referido autor, os conflitos que envolvem as relações sociais de produção que os “exploradores familiares” travam com os demais segmentos sociais, seja apenas uma questão de adaptabilidade ao mercado, como se a indústria do campo, o capital comercial e o bancário fossem algo externo a própria lógica de reprodução e permanência familiar no campo.

Neste viés interpretativo, a permanência das populações do campo está diretamente relacionada a simples adaptação ao mercado e no domínio da memória.

Outra corrente teórica que estuda o campo brasileiro é a do **desenvolvimento desigual e contraditório e da resistência camponesa**. A presença de camponeses, capitalistas e latifundiários, os dois últimos costumeiramente imbricados numa mesma classe, retrata bem a contraditoriedade do capital no campo. Está corrente tem como seu principal representante: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001); aí também incluímos José de Souza Martins (1995) que produziu vastas reflexões aprofundadas a respeito da contradição do capital no campo e da resistência camponesa ao mesmo. Embora fazendo uso de instrumentos analíticos um pouco distintos, ambos os autores enfocam a questão camponesa como condição de existência contraditória no modo de produção

capitalista. Nesta compreensão, os camponeses não são sujeitos de fora, ou seja, a-históricos, mas sim, parte integrante do todo que compõe o sistema capitalista.

Para Oliveira (2001), o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá de forma desigual e contraditória:

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo pressupõe que ele se desenvolve não somente por relações sociais capitalistas, mas também que lhe é necessário à articulação com as relações não-capitalistas como, por exemplo, o *campesinato*. Assim, as relações de produção camponesas convivem com relações de produção tipicamente capitalistas. Ao mesmo tempo em que o capital expropria o camponês em alguns lugares, em outros ele cria condições para a sua reprodução, para que assim possa haver a subjugação da renda camponesa ao capital.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Essa compreensão demonstra o caráter contraditório de expansão do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo em que as relações de produção tipicamente capitalistas crescem no campo, também ocorre o mesmo com as relações baseadas no trabalho familiar.

... o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Todavia, essa afirmação de Oliveira (2001), não deve ser tomada como algo mecânico, pois apesar da criação e recriação camponesas muitas vezes serem engendradas pelo próprio capital, em seu movimento contraditório que presume a não uniformização do espaço geográfico por meio de relações tipicamente capitalistas, os camponeses são sujeitos sociais de sua própria história. O que Oliveira (2001) quer explicitar que o capital muitas vezes abre brechas para a reprodução. No entanto, quando as condições de recriação camponesas passam a ser minadas pelo capital, o sentido da existência camponesa passa a se dar em outros moldes, como é o caso do enfiamento camponês ao capital por meio de lutas de resistência.

Martins (1995), partindo do pressuposto da contraditoriedade do capital trabalhada por Marx<sup>9</sup>, expressa no desenvolvimento desigual, argumenta que a questão agrária se insere dentro das contradições engendradas pelo próprio capital, pois:

... a resistência camponesa não expressa seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital. (MARTINS, 1995, p. 17 – 18).

Na análise de Martins (1995), o camponês se expressa com um sujeito histórico, produto histórico do desenvolvimento do capitalismo que em sua lógica de acumulação procura aumentar a sujeição da renda da terra ao capital. É da tendência da subjugação do camponês às leis do capital que a resistência camponesa assume um sentido concreto da luta para permanecer na terra ou também, para entrar na terra. Como já explicitado, o autor destaca que a terra para os camponeses assume a denotação de “terra de trabalho”, diferente do capitalista que visualiza a terra como uma forma a mais de garantir a exploração contínua do trabalho e dar-lhe o cunho especulativo, logo nesse caso é “terra de negócio”.

---

<sup>9</sup> Conforme Martins (1995, P. 14) “A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era do desenvolvimento igual, mas a do desenvolvimento desigual”.

No pressuposto da compreensão da resistência ao capital, os camponeses podem ser situados e localizados como sujeitos históricos, produtos da própria contradição do modo de produção capitalista, que cria e recria a divisão da sociedade em classes sem decompor as suas anomalias e disformidades<sup>10</sup> que, por sua vez, são tragadas, reproduzidas e integradas ao conjunto.

---

<sup>10</sup> ... o corpo do capital é disforme, distorcido, irregular; por isso não se trata de fixar as diferenças ou de ultrapassá-las precipitadamente. Trata-se, sobretudo, de respeitar os elementos diferenciais e retornar o princípio único que assegura a noção diferencial do conjunto do sistema. (AMIN & VERGOPOULOS, 1986, p. 155).

### **3- A FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PARANAENSE**

Antes de começarmos a investigação a respeito da análise histórica, recorreremos a uma advertência de Walter Benjamin (1991, p.156): “Captar no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. Esse inimigo ainda não parou de vencer”. Neste momento Benjamin está advertindo para o fato que a história oficial geralmente reproduz a história dos vencedores, e se faz calar a voz e sofrimento dos mortos pertencentes às classes dominadas. O autor ainda adverte que, os historiadores historicistas se identificam com os dominadores e por sua vez, acabam beneficiando os detentores do poder. (BENJAMIN, 1991, p.156-157).

Na historiografia oficial, a vitória do dominador é destacada como uma grande “marcha triunfal”, a história é rememorada como patrimônio cultural, escondendo a barbárie contida no processo histórico. A tradição historicista e materialista histórica, torna a historiografia prisioneira do método, neste momento se fecha o caminho dialético da análise histórica.

Em contraponto a esse encaminhamento teórico metodológico, a dialética, enquanto ferramenta de análise histórica nos demonstra que a história é aberta à atualidade, se apresentando como um objeto em construção. (BENJAMIM, 1991, p.161). Partindo dessa compreensão de Walter Benjamin, nos debruçamos numa leitura atenta sobre o processo histórico de formação do território paranaense.

A noção de formação do espaço se refere à produção social do espaço ao longo do tempo histórico. Foi Santos (1982) quem primeiro trouxe essa noção para a geografia, tendo como referencial a conceitualização de formações socio-econômicas, estudas por Lênin e por Lefevbre. Conforme Santos (1982), cada região possui uma formação social diferenciada de acordo com a forma de atuação

das relações capitalistas de produção no espaço. Daí o conceito na geografia de formação sócio-espacial.

Ao abordar a formação do espaço agrário paranaense, temos clareza dos limites da investigação científica da história (historiografia), a dificuldade da reconstrução teórica da realidade consumada pelo pensamento abstrato. Todavia, procuraremos enfatizar alguns acontecimentos e a trajetória do movimento da sociedade dividida em classes que marcam o espaço agrário paranaense.

A configuração do espaço agrário paranaense que conhecemos hoje (atual) é resultado de um processo recente de ocupação. Haja visto, que as populações autóctones (os indígenas), os Guaranis, os grupos Jê (Kaingang e Xokleng) foram em sua maioria vitimados durante os séculos XVI a XVIII em nome do Rei (Espanha ou Portugal) e de Deus (reduções jesuíticas). E nos séculos XIX e XX, pela sociedade nacional e paranaense que tratou de impor as leis do capitalismo sobre o território paranaense. Essa interpretação histórica é de Mota e Noeli (1999), que contestam o ideário do vazio demográfico, salientado e enfatizado pelas ideologias progressistas das empresas colonizadoras, do Estado e de boa parte dos intelectuais:

Os agentes dessa construção são muitos; desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem apologia da colonização; os geógrafos que escrevem sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e, por fim os livros didáticos que, se utilizando dessas fontes, repetem para milhares de estudantes do Estado a idéia de que as terras do terceiro planalto paranaense constituíam um imenso 'vazio demográfico', pronto a ser ocupado pelos pioneiros. (MOTA & NOELLI, 1999, p. 22)

Há de ressaltar que as populações indígenas do Paraná foram e ainda continuam sendo marginalizadas pelas classes dominantes do Estado. A luta pelo reconhecimento e demarcações de terras indígenas se faz a passos lentos, à medida que a burguesia tende criar a falsa idéia do índio como sujeito histórico do passado. Todavia, a história do Paraná foi traçada por lutas e resistência das tribos indígenas que estavam nas regiões dos rios Tibagi, Ivai, Piquiri e Iguaçu. Romário Martins (1939, p. 109), fala da existência de 100.000 indígenas no atual território do Paraná, antes da formação de núcleos de população branca. Apesar da destruição das reduções jesuíticas no Paraná entre 1610 a 1630, que culminou com a captura e

aprisionamento um contingente considerável de índios pelos bandeirantes paulistas, boa parte das populações indígenas se dispersou em direção ao Rio Grande do Sul, retornando ao território paranaense algum tempo depois. Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, os indígenas lutaram constantemente para permanecerem em seus territórios, principalmente contra os latifundiários e as grandes empresas colonizadoras nacionais e estrangeiras, e contra o Estado. (MOTA & NOELLI, 1999).

A colonização oficial do Paraná e a conseqüente ocupação do território se deram por três etapas diferenciadas: a formação do Paraná Tradicional, a formação do Norte do Paraná e a formação do Grande Sudoeste. É sob estas três vias de ocupação que o Paraná configurou o território que conhecemos hoje.

A formação do Paraná Tradicional se deu primeiramente com a criação de núcleos populacionais em Paranaguá, Curitiba e suas proximidades, entre 1648 a 1693, devido à existência de minas de ouro, que atraíram os portugueses. Mais tarde, no século XVIII, o tropeirismo viria a dar impulso à fixação do homem na região dos Campos Gerais e a criação de grandes fazendas de gado, da qual viria culminar com o nascimento da Sociedade Tradicional Paranaense no século XIX:

Sob a base da grande propriedade de terras de campo natural, da criação de gado, do tropeirismo e da invernação, e do trabalho escravo de índios e de negros, caracterizou-se no século XIX, a classe dominante regional, configurada em famílias fazendeiras, vivendo em suas terras e detendo o poder político e regional, por meio de oligarquias parentais. É nesse sentido que florescem as cidades dos planaltos paranaenses: Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava, Palmas, todas elas nos roteiros das tropas, das fazendas, das invernações. (PILATTI BALHANA, PINHEIRO MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 65)

Essa estrutura agrária latifundiária nos Campos Gerais só viria a sofrer algumas modificações de 1840 até 1920, mas de forma lenta, quando então se processou a compra de terras por parte do Estado ou da iniciativa privada para a criação de colônias de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães, eslavos, italianos, russos, franceses, austríacos, dentre outros.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Os poloneses somaram 49,2% do contingente populacional imigrado para o Paraná entre 1872 a 1920. (PILATTI BALHANA, PINHEIRO MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 184)

Ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, o Paraná foi grande exportador de madeira e erva-mate. Empresas estrangeiras como a Companhia de Maderas Del Alto Paraná de propriedade de ingleses sediados na Argentina, a Companhia de Júlio Allica, a Paraná Plantations Limited de capital inglês, a Companhia Mate Laranjeiras de capital nacional, a Companhia Domingos Barthe entre outras empresas particulares, exploraram as riquezas do território paranaense por meio de concessões de terras feitas pelo governo. Os serviços braçais necessários para a atividade exploratória dessas empresas eram realizados geralmente pelos mestiços, caboclos, paraguaios, índios e negros.

A formação do Norte do Paraná iniciou-se com o transbordamento da cafeicultura paulista para a região do Norte Pioneiro, dando origem às cidades de São Antonio da Platina (1866), Tomasina (1865), Jacarezinho (1900), dentre outras. Essa ocupação foi feita principalmente por paulistas e mineiros, com formação de grandes propriedades e posses. E vai se consolidar com as colonizações dirigidas pelo Estado e empresas colonizadoras privadas, a saber: as japonesas Bratac e Nambei que formou os núcleos de Assai e Urai, e a Paraná Plantations Limited, denominada no Brasil de CTNP (Companhia de Terras do Norte do Paraná), de propriedade inglesa que após a Segunda Guerra Mundial foi vendida para um grupo capitalista de São Paulo. Desde a sua fundação de 1925 até 1928, a CTNP adquiriu 515.017 alqueires, correspondendo à décima sexta parte da área total do Estado do Paraná. E mais tarde, em 1944, adquiriu mais 514.017 alqueires. (PADIS, 1981, p.87-91).

A CTNP adquiriu essas enormes quantidades de terras no Norte do Paraná e tratou de fazer da empreitada um grande projeto imobiliário de venda de pequenos lotes. A repartição das glebas de terras possibilitou a recriação contraditória dos camponeses.

Todavia, a região do Norte do Paraná não escapou ao problema da questão litigiosa da propriedade da terra, visto que o Estado geralmente concedia terras a companhias colonizadoras de capitalistas nacionais e estrangeiros que já estavam habitadas por posseiros e indígenas. Porecatu é um dos exemplos mais notórios da questão das lutas no campo no espaço agrário paranaense. O sociólogo Osvaldo Heller da Silva (2006) retrata com autoridade essa página da história paranaense que geralmente é relegada a um segundo plano pela historiografia oficial.



Do final dos anos de 1940 até o início dos anos 50, o até então pacato município de Porecatu e seus arredores foram sacudidos por violentos conflitos sociais. Afrontavam-se, de um lado, as forças policiais dos estados do Paraná e de São Paulo, que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros; e de outro, posseiros, secundados por militantes comunistas. As hostilidades começaram quando o governo paranaense doou a grandes proprietários terras que já estavam ocupadas por posseiros. Alguns camponeses, encorajados pelo então Partido Comunista do Brasil, resistiram a essa decisão governamental. Dos enfrentamentos resultaram mortos e feridos. Como razão, o jornalista Pedro Felismino observou que esses combates, apesar da amnésia da historiografia a seu respeito, traduzem uma importante fase da colonização recente do norte do Paraná, constituindo-se num conflito armado sem precedentes na história do estado. (SILVA, 2006, p. 51).

Mais adiante o autor relata o problema da questão agrária no Paraná na região de Porecatu:

As terras disputadas na região dos municípios de Jaguapitã e de Porecatu faziam parte de uma concessão muito antiga, que o governo do estado do Paraná havia feito em favor da Companhia Colonizadora Alves de Almeida & Irmãos, sem que nenhuma obra de colonização tivesse sido efetivamente realizada. Por volta de 1942, o governador Manoel Ribas anulou essa concessão, loteando as terras para vendê-las a preços módicos para lavradores. Na realidade, os poderes públicos lançaram uma campanha, cujo objetivo era atrair mão-de-obra de outros estados, visando o desmatamento e a colonização de aproximadamente 120.000 hectares de terras da União. Em consequência, lavradores vindos de vários lugares, tanto aqueles que compraram seus lotes, como aqueles que simplesmente os ocuparam, foram atraídos para a região. [...]

Esses agricultores, pensavam possuir legitimamente a área que exploravam e pela qual tinham pago impostos, ainda mais considerando que eles tinham sido os “primeiros homens que haviam chegado ao sertão”. Foram, portanto, muitos a estabelecerem suas posses, sem terem o sentimento de serem invasores. (SILVA, 1996, p. 52 – 53).

Em 1945, o destino dos posseiros tornou-se ainda mais aleatório: Manoel Ribas foi substituído por Moysés Lupion. Até então, os lavradores tinham como garantia apenas as palavras de Manoel Ribas e os documentos – pouco confiáveis – de demanda do título de propriedade à Comissão Mista de Terras. Mas, com o novo governador, os posseiros já não estavam certos de que o compromisso assumido por Manoel Ribas seria respeitado, ainda mais considerando-se que Moysés Lupion pertencia a uma tendência política diferente daquela de seu antecessor. O primeiro era do PSD e o segundo da UDN, ambos partidos conservadores. (...) Segundo comentários da época, o governador Moysés Lupion teria vendido ‘até o quinto andar’ das terras do Paraná, e alguns funcionários teriam transformado o Departamento de Terras e Colonização em um autêntico ‘balcão para o enriquecimento pessoal’. Assim, os grupos que ‘viviam à sombra do governo’ tinham

o poder de mudar a geografia, falsificando mapas e documentos. Essas elites demandavam grandes extensões de terras devolutas, porém, já ocupadas, desmatadas e exploradas por posseiros, que aguardavam o título de propriedade. (SILVA, 2006, p. 56 – 57)

A guerrilha de Porecatu foi um termômetro para denunciar a ebulição dos problemas agrários do Paraná, da aliança entre latifundiários, capitalistas e o Estado contra os camponeses.

A tabela que segue (tabela nº 1) demonstra o peso das grilagens de terra sobre a formação da estrutura fundiária paranaense.

**Tabela ( 1 ) GRANDES GRILOS DE TERRAS NO PARANÁ**

Nº	GRILOS	ÁREA (Alqueires)
1	Reconquista	446.280
2	Guavirova	171.000
3	São Manuell	71.000
4	Boa Ventura	5.000
5	Laranjeiras	38.000
6	Ubá	100.000
7	Corumbataí	216.300
8	Bandeirantes	403.740
9	São João do Rio Claro	30.000
10	Colônia de Baixo	5.887
11	Boa Esperança	255.980
12	Pirapó	369.570
13	Ribeirão Vermelho	45.000
14	Barra do Tibagi	148.290
15	Tigre	17.660
16	Barra Bonita	16.270
17	Pontal do Rio Cinzas	13.590
18	São João do Rio Pardo	38.000
19	Ipiranguinha	21.000
20	Flores Conceição	22.000
<b>Total</b>		<b>2.434.567</b>

Apud in WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1988, p. 22.

Já a formação do Grande Sudoeste se processou primeiramente de forma lenta, pela conquista dos Campos de Palmas e Guarapuava, região habitada pelos indígenas, e a criação militar dos núcleos de Foz do Iguaçu e Chopinzinho. A esse respeito Waibel (1979, p. 242) observa que desde “as primeiras décadas do século XIX, uma frente pioneira de fazendeiros de gado e escravos negros se tinha formado na parte sudeste do terceiro planalto, nos campos de Palmas e Guarapuava”. Em 1942, o Estado estabeleceu a colônia de Pato Branco que catalisou a migração de italianos, alemães e poloneses do Rio Grande do Sul, além é claro, dessa região ter sido atrativa para a ocupação de camponeses envolvidos na Guerra do Contestado.

Todavia, é só a partir dos anos de 1950, em diante, que a região Sudoeste do Paraná vai absorver um grande contingente de imigrantes provindos do Rio Grande do Sul, população esta que é obrigada a migrar pela pressão exercida pelo latifúndio gaúcho e pelas condições sócio-econômicas que não apresentavam alternativas.

A população, expulsa da zona rural, seja pelo agigantamento, seja pela minimização da propriedade, incapaz igualmente de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o espectro do desemprego. E outra alternativa não [teve, além] que cruzar fronteira do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isso intensificou-se a partir de 1952, agigantando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais uma década. (PADIS, 1981, p. 155).

As colonizadoras privadas se encarregaram de promover a extração da madeira e a venda de lotes, principalmente para os camponeses provindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Um desses exemplos foi a Colonizadora Maripá que montou seu escritório em Toledo – PR, aproveitando-se das instalações já existentes da Companhia Del Alto Paraná.

Em 1946, a Maripá desencadeou o processo colonizador moderno ao adquirir a fazenda Britânia, dividindo-a em colônias, chácaras e lotes urbanos. A companhia visou ao rápido retorno do investimento feito na região, através da exploração madeireira e venda destas terras, garantindo o sucesso do empreendimento. Organizou também núcleos urbanos, entre eles Zona Bonita/ General Rondon definido e mensurado no final de 1949, que em março do ano seguinte, recebeu seus primeiros moradores. (PFLUCK, p. 17, 2002)

Outras colonizadoras de porte menor atuaram na região dando origem à quase todos os outros municípios: Pinhos e Terras Ltda. (Céu Azul), Colonizadora Matelândia (Matelândia), Industrial Agrícola Bento Gonçalves (Medianeira), a Colonizadora Gaúcha Ltda. (São Miguel do Iguaçu) entre outros. O transbordamento da economia cafeeira do Norte do Paraná, com fluxo populacional oriundo de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Nordeste, deu origem a outros municípios como Guaíra, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste, Cafelândia etc... (COLODEL, 2003, p. 67).

Na região Oeste / Sudoeste como em outros cantos do Paraná<sup>12</sup> foi comum a ocorrência de conflitos agrários envolvendo grileiros, jagunços, posseiros, empresas imobiliárias e camponeses proprietários do título da terra. Mereceu destaque a Revolta camponesa de 1957, na região de Pato Branco, onde o Estado representado na figura do Governador Moysés Lupion, juntamente com as companhias colonizadoras, eram os grandes grileiros de terras.

... no ano de 1957, trinta companhias imobiliárias operavam no Oeste e Sudoeste do Paraná, com interesses em terras e pinheiros, constituindo inclusive uma Associação das Empresas Colonizadoras do Oeste do Paraná, fundada em 16 de agosto desse ano na cidade de Guaíra. (...). Os jagunços, em número de 3 ou 4, ou mesmo mais, percorriam as colônias (sítios), obrigando os posseiros assinarem contratos de compra da terra que já cultivavam e tinham suas casas, por oito mil cruzeiros o alqueire, sendo trinta por cento à vista e o restante no prazo de dois anos, e sem direitos às madeiras existentes nas terras. Pela valorização das madeiras, logo também seriam iniciados os grilos de pinheiros.

Porém, os colonos que tinham certeza da legitimidade da sua posse e contestavam, pois, o domínio invocado pelas companhias, não assinavam e não pagavam, não desejando quaisquer negócios com as referidas companhias. Estas, com os cangaceiros a seu serviço, impediam as queimadas e o preparo de novas roças, incendiavam casa e paióis, matavam animais, espancavam crianças, violavam mulheres e matavam lavradores, em represália. Raro era o dia em que posseiro não morria 'de espera' nos picadões e estradas, varado de balas de fuzis e winchester dos jagunços, ou atocaiado nas barrancas dos rios que carregavam os corpos, sumindo-os.

O quadro, porém, é o mesmo em todo o Oeste e Sudoeste. Em Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capanema, Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Goio-Erê, Guaíra, as famílias são escoraçadas de suas terras. Jagunços e polícias muitas vezes trabalham juntos. (...). Corre sangue no Sudoeste, cenas de barbarismo são verificadas. Políticos da região e autoridades judiciárias solicitam até mesmo a remessa de tropas federais para a manutenção da ordem. Os colonos, agrupando-se sob a direção de Pedro Santin, que haviam escolhido para chefe do movimento, trocaram a enxada pelo rifle. (WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1988, p. 34 - 35).

---

<sup>12</sup> "No Oeste, em Cascavel, colonos são agredidos e feridos pelos próprios funcionários da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração que lhes invadem as terras. Grupos de jagunços, organizados pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – Sinop, e pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – Cobrinco, expulsam posseiros do imóvel Boa Esperança. É denunciada a formação de grilos em Foz do Iguaçu. Jagunços invadem terras em Uraí, e roubam café. Dona Remedia Alcântara, colona transferida de Porecatu para Goio-Erê, novamente é expulsa de suas terras. Esta é a situação geral até o princípio de 1961". (WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1988, p. 38). Os autores acrescentam também que: "Intrusos e grileiros, via de regra, com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício, intranquilizam posseiros e sitiantes, obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue. (idem, p. 22)

No decorrer da década de 1960 continua o conflito de terras no Paraná entre posseiros e grileiros.

O final da década de 1960 e as décadas de 1970 e 1980, culminou com a consolidação do capital monopolista na agricultura paranaense com a imposição da mecanização agrícola da Revolução Verde (monoculturas de exportação), personificada na indústria do campo, seja de capital privado ou da criação das cooperativas singulares financiadas pelo Estado nacional a juros reais negativos<sup>13</sup>. Assim foram criadas na região Oeste do Paraná a COPAGRIL, em Marechal Cândido Rondon, a COOPAGRO em Toledo, COOPAVEL em Cascavel, COOPERVALE em Palotina, a COTREFAL em Medianeira etc... A SUDCOOP (Cooperativa Central do Sudoeste) foi criada em 1977, com sede em Francisco Beltrão e com atuação maciça na industrialização da carne suína por meio do Frigorífico FRIMESA, em Medianeira, e no leite com o Laticínio FRIMESA<sup>14</sup> em Mal. Cdo. Rondon.

A SADIA ingressou na região de forma maciça no ano de 1964, atuando em Toledo na produção de suínos e aves através de sistemas de integração com os camponeses e, mais tarde, criou redes por todo Oeste e Sudoeste do território paranaense.

O forte processo de dominação do capital no campo no Oeste do Paraná culminou com a concentração da propriedade em alguns municípios como Cascavel, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste etc., associada à valorização crescente da terra pelo capital imobiliário especulativo. Junta-se a esse processo, a questão do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU, provocando a expropriação de muitos camponeses que, na década de 1980, se organizaram e criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) que mais tarde com outros movimentos de luta pela terra no Brasil, deram origem ao MST.

---

<sup>13</sup> Além das cooperativas do RS "... grandes cooperativas do Paraná e de São Paulo, conta nesta década [década de 60] com a poderosa aliança dos bancos estatais federais e estaduais (Banco do Brasil, BNCC e BDRS), os quais financiam, a juros reais negativos e prazos favoráveis de amortizações, o capital de longo prazo que propicia a vigorosa expansão do conglomerado até praticamente final dos anos 70" (DELGADO, 1985, p. 166).

<sup>14</sup> FRIMESA é a marca utilizada pela SUDCOOP para os derivados de leite e carnes.

Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpem do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento. As lutas condensadas em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), através de ocupações de fazendas, e o acampamento de Encruzilhada natalino, a luta do MASTRO (Movimento dos Sem-Terra no Oeste do Paraná), desdobramentos das lutas dos expropriados pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, e certas ocupações de fazendas no Sudoeste do Paraná e em Santa Catarina, todas no final dos anos de 1970 e inícios dos 80, dão a forma inicial ao movimento ao se articularem. (GRZYBOWSKI, 1990, p. 23).

Desse processo conflitivo que é gerado pela apropriação desigual da riqueza é que se inserem os camponeses que realizam a comercialização informal de leite e seus derivados.

A trajetória histórica do território paranaense é de lutas e resistência dos camponeses contra o capital que em sua expansão sobre o campo, muitas vezes, nutre-se de fraudes e violência<sup>15</sup>, este é o caso da grilagem de terras e do uso de jagunços como forma de impor a lei pela força da violência.

Todavia, o capital em seu movimento contraditório, denominado por Trotsky (1978) de desenvolvimento desigual e combinado, também criou e recriou no território paranaense relações não capitalistas que negam a lei geral expropriação dos trabalhadores, este é caso como fora visto anteriormente, da recriação e reprodução do campesinato no processo de formação do espaço agrário paranaense por meio de projetos de colonização, com a venda de pequenos lotes de terra. Essa recriação contraditória provocou o florescimento da economia paranaense, permitindo a drenagem da renda camponesa para o setor industrial no campo e cidade, consolidada no Paraná no período militar.

Entretanto, essa transferência de renda camponesa ao capital não se faz de forma harmoniosa e mecânica, pois, envolve interesses distintos, por isso a necessidade da construção do cimento ideológico (moral burguesa) para neutralizar os conflitos sociais que afloram da desigualdade na apropriação da riqueza gerada pela sociedade capitalista.

---

<sup>15</sup> Ao analisar o processo de acumulação primitiva de capital na Grã Bretanha, Marx (1985, p. 878-879) argumenta que: "Se o dinheiro, segundo Augier, 'vem ao mundo com uma mancha natural de sangue numa de suas faces', o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés".

Feita essa breve análise histórica da formação do espaço agrário paranaense, partiremos para a discussão referente à reprodução dos camponeses produtores informais de leite territorializados na microrregião de Toledo – PR.

## **4- OS CAMPONESES PRODUTORES INFORMAIS DE LEITE DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO – PR**

### **4.1 – As diferentes leituras sobre a informalidade camponesa: o caso da produção de leite**

O termo informalidade camponesa é algo novo para a sociedade brasileira, e vem ganhando repercussão nos meios de comunicação televisivos e impressos devido à pressão exercida pelo agronegócio. Pelo fato do leite ser um alimento altamente perecível é sobre ele que recaem maiores restrições de comercialização, situação que tem favorecido a indústria no processo de controle do produto camponês. Atualmente, a comercialização informal de leite está proibida, o que em última instância dá contornos de ilegalidade a prática tradicional de venda informal do leite.

Portanto, a informalidade surge só a partir do momento em que se tem a formalidade. No caso do leite, a formalidade passa a existir a partir da portaria 56 editada em 1998 que regulamenta a produção de leite no território nacional. O processo de industrialização com controle sobre a matéria-prima, passa a determinar o que é formal.

Nesta perspectiva, a formalização da produção de leite dos produtores do campo (camponeses, latifundiários e capitalistas), representa a integração com a indústria (laticínio). Já a informalidade refere-se à venda direta do produto in-natura aos consumidores. Ressalva-se neste momento, que a informalidade industrial que se refere ao não cumprimento de normas sanitárias, trabalhistas e tributárias é um caso específico das indústrias de laticínios do país e não é, o objeto de estudo da presente investigação.

Atualmente, existem várias leituras sobre a informalidade na produção de leite realizada pelos camponeses. Podemos dividi-las em dois grandes grupos. O primeiro grupo se refere aos pesquisadores que estudam a produção de leite no viés



do Sistema Agroindustrial do Leite (SAG). O segundo grupo se refere aos autores que estudam a integração dos produtores tendo como objeto de análise a cadeia produtiva do leite. Se o primeiro se atém à vantagem da competição industrial, o segundo busca entender a produção de leite a partir de uma cadeia que envolve vários segmentos: as indústrias de insumos, produção primária, captação, indústrias processadoras, distribuição, mercado e consumo.

Dentre os teóricos do SAG (Sistema agroindustrial do Leite), podemos citar Jank, Farina e Galan (1999). Estes autores pregam a especialização da produção de leite ancorada em critérios de eficiência e competitividade, baseada na forte integração dos produtores junto à indústria. Para eles: “Trata-se de romper com o ciclo de grande número de produtores ofertando volumes individuais de matéria-prima de baixa qualidade...” (idem, p. 15). Na análise destes autores os produtores não especializados representam um empecilho para a modernização do SAG do leite, sendo a informalidade taxada como um desvio de conduta dos agricultores.

Nesta compreensão, a informalidade representa o atraso que deve ser combatido para que a indústria moderna possa tomar conta do processo produtivo. Cabe aos camponeses se adaptarem as novas tecnologias e aos ritmos impostos pela indústria, de forma, cada vez mais integrado e especializado.

Já para os pesquisadores da Cadeia Produtiva do Leite, a informalidade é minimizada, pois se trata de uma consequência dada pelo processo de modernização da cadeia produtiva do leite, que é excludente, pelo fato de alguns produtores não serem compatíveis com ganhos de produtividade na pecuária leiteira. Os produtores que estão no mercado informal são aqueles que foram excluídos da lista de integração dos laticínios. Trata-se de produtores de volume de produção quase insignificativa.

... qualquer que for o destino do produtor excluído da lista do mercado formal, sua participação na oferta total é pequena, visto que se trata de pequenos produtores. Note que, mesmo com redução acentuada do número de produtores, os laticínios não perderam em volume, significando que os que deixarem de fornecer leite não foram os de grande volume. Em outras palavras, o número de produtores que está saindo do mercado formal é significativo, entretanto o volume de produção que está tomando outro destino é pequeno. (GOMES, 2001, p. 55).

Portanto, para Gomes (2001) a informalidade da comercialização do leite in-natura é minimizada, pois, trata-se de volumes que não interferem diretamente no funcionamento da cadeia industrial do leite. Embora a análise seja diferente, tanto os pesquisadores do SAG do leite como da Cadeia Produtiva do leite, pregam a especialização como única forma de melhoria nos rendimentos do produtor.

Todavia, não há um consenso entre as duas linhas de pesquisa em relação aos dados da comercialização informal de leite e seus derivados. Para os teóricos do SAG do leite, Jank, Farina e Galan (1999, p.18), 44% da produção total de leite brasileira em 1998 era destinada ao mercado informal.

Em oposição à retórica da especialização dos teóricos do SAG e da Cadeia Produtiva do leite, Testa et. al. (2003) argumentam, em sua análise, que geralmente a produção de leite não se constitui uma atividade especializada para a maioria dos agricultores, mas sim numa atividade associada a outras, servindo como complemento de renda familiar. Para estes autores, a rigidez na regulação de normas e exigências técnicas no processo produtivo, transporte e armazenamento; levaria a exclusão massiva de grande parcela dos agricultores no campo.

Testa et. al. (2003) questionam os critérios da Portaria 56, do Ministério da Agricultura, que trata de novos padrões de qualidade e exigências reguladoras da produção de leite no Brasil.

Para os referidos autores:

... o tema qualidade é vasto, mas que geralmente é tratado de forma resumida, limitando aos atributos de higiene e sanidade, que são mensurados através de indicadores relativos a presença de impurezas e de patógenos no leite, como é o caso da Portaria 56, a presença de pesticidas, hormônios e antibióticos não vêm merecendo a mesma atenção e rigor nas normas. O conceito de qualidade envolve atributos que vão muito além da higiene e sanidade... (idem, p. 86)

A participação do Estado na cadeia produtiva ganhou amplitude com a edição da Portaria 56, do Ministério da Agricultura que institui o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL). A referida Portaria favorece a tendência

de concentração na captação do leite. Para o DESER<sup>16</sup> (2002), a PNQL, além de buscar a padronização e melhoria na qualidade do leite; impõe uma série de restrições à participação dos camponeses no processo produtivo, fortalecendo cada vez mais as indústrias de grande porte, bem como os grandes produtores, fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos para a cadeia produtiva leiteira.

Paulino (2003) argumenta que a implantação da PNQL transfere o ônus de qualidade do leite para os produtores, que terão que se adequar aos novos critérios como o resfriamento em tanques especiais e a obrigatoriedade do transporte a granel. De acordo também com esses critérios aplica-se um preço diferenciado ao produto.

O Estado ao legislar nesses termos não apenas se desobriga de interferir nos problemas que a própria regulamentação criou, mas também beneficia diretamente as indústrias, as grandes interessadas na Portaria, pois terão ao seu dispor matéria prima com qualidade monitorada, com o intocável direito de arbítrio sobre os preços aos produtores. (PAULINO, 2003, p. 203, grifo nosso).

A PNQL também prevê esforços para combater a comercialização informal de leite. Para isto, pressiona-se a integração do produtor de leite às indústrias. O governo do Paraná também tem pregado o combate à informalidade. Conforme Félix (2003), o deputado federal Moacir Micheletto então relator da CPI do leite, apresentou relatório prévio que foi em direção das CPIs realizadas em seis Estados do qual o Paraná faz parte. No relatório, destaca-se a necessidade de "...aumento do crédito para o produtor, incentivo à exportação e programas de qualidade na fabricação de lácteos; fiscalização e formalização dos pequenos produtores e promover efetiva concorrência nos mercados interno e externo". (FÉLIX, 2003, p. 4, grifo nosso).

Entretanto, os camponeses não estão passivos diante do capital monopolista e a recusa à formalidade atesta a sua resistência. De acordo com dados da SEAB (2000), a informalidade na comercialização de leite no Brasil cresceu 129% durante a década de 1990.

A informalidade tem sido uma estratégia encontrada pelos camponeses para romper a subordinação de sua produção no momento da circulação, instante em que a indústria se apropria de uma parcela da renda camponesa.

---

<sup>16</sup> Departamento de Estudo Sócio – Econômicos Rurais.

Com a comercialização informal de leite os camponeses passam a vender o seu produto diretamente aos consumidores. Assim, ocorre:

... a eliminação dos intermediários (...) todos trabalhadores parecem sair ganhando: os camponeses porque conseguem vender o leite até o triplo do que obteriam com a entrega nos laticínios; os consumidores, trabalhadores de baixa renda, que conseguem comprá-lo a um preço inferior daquele industrializado. (PAULINO, 2003, p. 214).

Em trabalho de campo realizado em julho de 2003 no município de Marechal Cândido Rondon, constatamos que boa parcela dos camponeses tem feito o uso da comercialização informal de leite. Neste momento verificou-se claramente a diferenciação de preço entre o leite comercializado junto às indústrias e aquele comercializado diretamente com os consumidores. Na tabela a seguir (tabela 2) nota-se essa diferença de preço.

**Tabela 2**

<b>Relação produção e preço pago pelo leite em M.C. Rondon</b>								
Produtores (ordem)	1	2	3	4	5	6	7	8
Preço pago (R\$) pelo laticínio	0,41	-	0,40	0,39	0,40	0,31	-	0,45
Preço (R\$) pelo consumidor	0,75	0,70	0,90	0,75	0,60	0,75	0,65	0,75

Fonte: pesquisa de campo realizada (07/2003).

Para Testa *et. al.* (2003) os laticínios tanto privados como cooperativistas já há algum tempo vem utilizando mecanismos para aumentar a extração de renda dos pequenos produtores de leite. Dentre estes mecanismos, destaca-se a política de bonificação por produção que paga um preço diferenciado de acordo com o volume da produção.

Ainda Testa *et. al.* (2003) em seu estudo na região Oeste de Santa Catarina, constataram que o preço pago por litro de leite pelos laticínios chega a diferença de 35 % entre o grupo de menor venda em relação ao grupo de maior venda mensal. Para os referidos autores, a política de bonificação ao invés de aumentar a produção na região, tem inibido-a. Isso porque, essa política adotada

pelos laticínios é extremamente excludente, uma vez que desestimula os pequenos produtores a incrementar a sua produção.

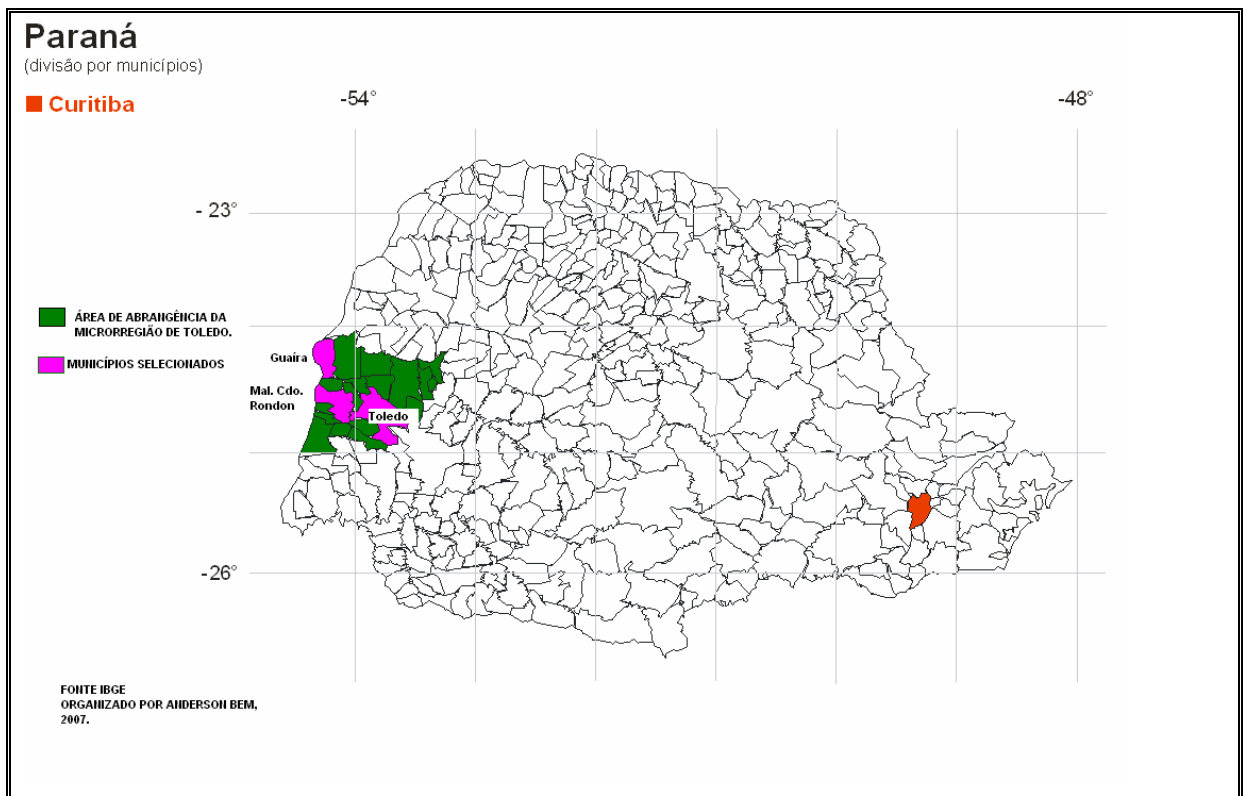
Esses mecanismos utilizados pelos laticínios para aumentar a extração da renda camponesa, como é o caso da bonificação do preço por cotas de produção, têm agravado a situação dos camponeses.

Em nossa investigação partimos do pressuposto de que: ao passo que o capital tem pressionado a formalização dos produtores para subjugar sua renda, eles (os camponeses) têm criado estratégias para reproduzirem-se no campo e a comercialização informal de leite tem sido uma delas.

#### 4.2 – A informalidade camponesa na Microrregião de Toledo

Para analisarmos a informalidade camponesa com profundidade teórica selecionamos os municípios de Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Toledo para o trabalho de campo. (Ver Mapa 1)

**Mapa 1: LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO - PR**



A Microrregião de Toledo faz parte da Mesorregião Oeste do Paraná, esta que por sua vez se destaca na industrialização de produtos do campo como a soja, o milho, trigo, frangos, suínos e leite, onde operam empresas privadas de grande porte como a Sadia e, principalmente, as cooperativas singulares, empresas altamente capitalistas. Em relação à estrutura fundiária predominam o sistema de pequenas propriedades de produção familiar.

A partir do final dos anos de 1960 e início de 1970, a microrregião passou por um forte processo de mecanização agrícola, como ocorreu em outras partes do território nacional. A cultura da soja passou a tomar conta das paisagens do Oeste do Paraná. As conseqüências desse processo foram: as migrações campo – cidade ou em direção ao Norte do País (Mato Grosso, Rondônia, Pará...); o aumento da dependência dos agricultores em relação à compra de insumos industrializados e, principalmente, a integração forçada como condição de reprodução camponesa sob a égide da subordinação da renda da terra ao capital.

Esse processo denominado genericamente de modernização da agricultura acelerou o processo de integração e subordinação da renda camponesa para a grande indústria do campo, drenando parcela da riqueza gerada pelos camponeses a outros setores da economia como o capital comercial e o financeiro.

Em nossa investigação, entendemos que a comercialização informal de produtos do campo deve ser localizada nesse processo de integração forçada da agricultura com a indústria. É neste contexto, que a informalidade de produtos do campo passa a ser um problema a ser investigado.

Para conhecer um pouco dessa realidade camponesa na Microrregião de Toledo, aplicamos 21 questionários e gravamos 7 entrevistas. O objetivo proposto era gravar um número maior de entrevistas, entretanto, alguns agricultores não se sentiram à vontade quando perguntados sobre a possibilidade de gravação da entrevista. Neste sentido, muitas falas ficaram registradas somente no papel à tinta de caneta.

A tabela a seguir (3), traz o número de ordem, nome dos camponeses, principais produtos da atividade leiteira e a localização da produção.

**Tabela 3: Relação de camponeses produtores de leite entrevistados**

<b>Número de Ordem</b>	<b>Nome Completo</b>	<b>Principais produtos comercializados na atividade leiteira.</b>	<b>Localidade</b>
1	A. L. dos Santos	Leite	Toledo
2	A. Moresco	Leite e queijo	Toledo
3	B. Finckler	Leite, queijo, manteiga e nata.	Guaíra
4	B. Muller	Queijo e leite	Mal. Cdo. Rondon
5	C. Muller	Leite	Toledo
6	C. L. Janelo	Leite	Guaíra
7	D. Dias	Leite	Guaíra
8	G. Teixeira	Leite	Guaíra
9	G. E. Maron	Leite	Mal. Cdo. Rondon
10	H. Eli	Queijo	Toledo
11	I. Schmidt	Leite	Mal. Cdo. Rondon
12	J. V. Vorpaguel	Leite	Mal. Cdo. Rondon
13	J. C. Ligabue	Leite	Toledo
14	J. Simeão	Leite	Guaíra
15	J. Paris	Leite	Toledo
16	L. Welter	Queijo	Toledo
17	M. J. Schicalki	Leite e iogurte	Toledo
18	R. Spanhiol	Leite	Mal. Cdo. Rondon
19	R. Spohr	Queijo, leite, nata e manteiga.	Mal. Cdo. Rondon
20	S. Lange	Leite	Mal. Cdo. Rondon
21	V. Papke	Queijo e leite	Guaíra

Fonte: trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro e março de 2007.

Ressalta-se neste momento, como forma de destaque ao leitor, que estes camponeses em sua maioria praticam a policultura. A tabela posterior, evidência esta singularidade camponesa.

Na tabela 3 nota-se o predomínio da produção do leite in natura como principal produto comercializado pelos camponeses que estão na informalidade. Todavia, os produtos derivados do leite, oriundos da indústria artesanal, também têm expressividade. Merece destaque o queijo, comercializado por 7 dos 21 camponeses entrevistados. De acordo com relatos dos camponeses e mais informações obtidas junto a população local, acredita-se que a informalidade de leite e seus derivados é realizada com frequência por cerca de 60 camponeses em Toledo, 40 em Marechal

Cândido Rondon e 30 em Guaíra. Existem muitos camponeses na região que fazem uso desse recurso esporadicamente, são aqueles que têm em outros produtos agrícolas a sua principal atividade econômica. Todavia, se for ampliado o leque de produtos comercializados no campo de modo informal com frequência, esse número praticamente triplica.

A tabela 4 demonstra a diversidade produtiva da agricultura camponesa praticada na Microrregião de Toledo. A tabela contempla os 21 camponeses entrevistados.

**Tabela 4: Economia camponesa: Produção comercializada e produção destinada a subsistência.**

<b>Produtor: ordem</b>	<b>Grau de importância da atividade leiteira na propriedade</b>	<b>Produtos comercializados com frequência</b>	<b>Produtos comercializados esporadicamente</b>	<b>Produtos destinados a subsistência</b>
1	Atividade principal	Leite, ovos e queijos.	Milho, milho verde, mandioca, galinha caipira e banha de porco.	Ovos, leite, galinhas, carne de porco, laranja, limão, cana-de-açúcar, bergamota, hortaliças, melancia.
2	Atividade complementar	Porco, soja, leite, milho.	Carne de boi	Leite, carne de porco e de boi, mandioca, cana-de-açúcar, laranja, manga, bergamota, ovos, galinha caipira.
3	Atividade principal	Leite, manteiga, queijo, nata, banana, ovos, pães e bolachas caseiras.	Mandioca, morango, galinhas caipiras, hortaliças, acerola, mamão, limão.	Leite, banana, abacaxi, mamão, mandioca, hortaliças, tangerina, laranja, limão, carne de porco, galinhas e ovos.
4	Atividade Complementar	Leite e queijos	Amendoim, ovos, galinha caipira.	Mandioca, milho, leite, queijo, laranja, limão, bergamota, caqui, pêssego, caju, galinhas caipiras e carne de porco.
5	Atividade principal	Leite	Nenhum.	Leite, mandioca, uva, galinhas caipiras, laranja, limão, maracujá, hortaliças, feijão, cana-de-açúcar e vinho.
6	Atividade complementar	Mandioca, leite, soja e hortaliças.	Carne de porco e de boi, melancia, melão, abacaxi, torresmo.	Leite, ovos, carne de porco e de boi, galinha caipira, mandioca, laranja, bergamota, amendoim, hortaliças, milho, abacaxi.
7	Atividade principal	Mandioca e leite	Frango caipira e queijo	Leite, mandioca, galinha caipira, carne de porco e de boi, laranja,



				abacate, laranja, limão, hortaliças e uva.
8	Atividade principal	Leite	Galinha caipira e queijo.	Mandioca, leite, milho, hortaliças, laranja, manga, carne de porco e galinha caipira.
9	Atividade principal	leite	mandioca	Mandioca, leite, milho, abacate, nozes, laranja, limão, manga, criação de peixes, ovos, galinha caipira e carne de porco.
10	Atividade principal	Queijo e criação de leitões	Galinhas caipiras e ovos.	Leite, queijo, galinha caipira, ovos, carne de porco e de boi, hortaliças, bergamota, laranja e mandioca.
11	Atividade principal	Leite	Carne de porco e banha.	Leite, milho, mandioca, cana-de-açúcar, laranja, limão, pêssego, goiaba, caqui, banana, hortaliças, ovos, galinha caipira, carne de boi e de porco.
12	Atividade principal	Leite, milho e soja	Carne de boi.	Leite, queijo, carne de boi e bergamota.
13	Atividade principal	Leite e ovos	Carne de porco e de boi.	Leite, mandioca, feijão, laranja, limão, laranja lima, caqui, nozes, castanha, figo, hortaliças e milho.
14	Atividade principal	Leite	Mandioca e abacaxi	Mandioca, leite, banana, abacaxi, laranja, limão, jabuticaba, galinha caipira, carne de porco, hortaliças.
15	Atividade principal	Leite, galinha caipira e ovos.	Nenhum	Leite, galinha caipira, ovos, carne de porco e de boi, laranja, nectarina, pêssego.
16	Atividade principal	Queijo, mandioca, limão, abobrinha.	Milho verde, maracujá, banana, pepino, vagem, mel de abelha.	Leite, queijo, ovos, galinhas, carne de boi e de porco, laranja, tangerina, limão, milho verde, abacaxi, mamão, melão.
17	Atividade principal	Leite e iogurte	Pepino	Leite, batata, mandioca, hortaliças, laranja, limão, tangerina, banana, butiá, manga, carne de boi, carne de porco, milho verde.
18	Atividade principal	Leite	Milho verde	Leite, laranja, bergamota, goiaba, hortaliças, galinha e ovos.
19	Atividade principal	Leite, queijo, nata, manteiga, ovos de codorna, feijão, milho, soja	Carne de boi.	Leite, queijo, nata, manteiga, ovos de codorna, feijão, milho, mandioca, carne de

		e mandioca.		porco e de galinha, laranja, banana, goiaba, mamão, abacate, caqui, ameixa, butiá, hortaliças..
20	Atividade principal	leite	Ovos de galinha.	Carne de galinha, de boi, de porco, leite, cana-de-açúcar, mandioca, milho, goiaba, jabuticaba, mamão, manga, maracujá, figo, laranja.
21	Atividade principal	Queijo, leite, soja, milho, frango caipira e mandioca.	Carne de porco, ovos de galinha e acerola.	Queijo, leite, mandioca, hortaliças, carne de porcos, de galinha e de boi, mamão, acerola, laranja, goiaba, abacate, banana.

Fonte: trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro e março de 2007.

Os produtos comercializados esporadicamente bem como os produtos destinados à subsistência, evidenciam a peculiaridade da agricultura camponesa quando comparada com a agricultura capitalista ou latifundiária que se assenta na monocultura.

O comportamento camponês emerge de outra forma de relação com a propriedade da terra, que é a terra de trabalho diferentemente da terra do espólio capitalista. No universo da reprodução camponesa a bovinocultura do leite aparece como uma dentre outras atividades econômicas realizadas na propriedade pelo trabalho familiar. E também, a produção de leite não cumpre somente o papel de produção de matéria prima para a grande indústria.

Em relação ao destino do leite produzido na Região Oeste do Paraná, Koehler (2001, p. 20 – 21) acrescenta que:

Cerca de 42,8 % do leite produzido na Região de Cascavel e Toledo não é comercializado em Cooperativas ou Empresas de Laticínios sob controle de inspeção sanitária, cujo volume corresponde a 233.516.000 litros. Esta produção é utilizada para a alimentação da família, no aleitamento dos bezerros e comercializado no mercado informal como leite cru ou queijo colonial.

Esse dado ilustra que a produção de leite não cumpre um papel simplesmente econômico, de mercadoria, mas também serve para a alimentação da família e também dos animais.

Com a pressão exercida pela indústria do campo, os camponeses são levados a adotar estratégias para persistirem na terra de trabalho. A atividade econômica do leite se insere para a maioria dos camponeses entrevistados como uma atividade fundamental para a sobrevivência familiar. A esse respeito J. Simeão, camponês de Guaíra, que já vendeu leite na cidade e no laticínio, relata:

Com o valor pago pelo laticínio não tinha como eu tocar a propriedade, eu tinha que vender muito baixo aquele leite, então, eu sacrifiquei a entrega do leite. Arrumei uma freguesia boa e inclusive se não fosse a nossa associação eu ainda estava vendendo todo o leite na cidade. O leite era bem aceito, tem qualidade. (SIMEÃO<sup>17</sup>)

Em vista dessa divergência de interesses entre camponeses e indústrias, é que a comercialização informal de produtos do campo passa a deslindar ao pesquisador os conflitos de classes existentes no campo. De um lado, os camponeses interessados *a priori* na sua reprodução com base no trabalho na terra, e de outro, os capitalistas personificados na indústria de laticínios que visam aumentar a extração da renda camponesa.

Dessa relação de desiguais, emerge ações e estratégias diferenciadas sobre o território. Aí temos duas territorializações distintas: a territorialização do capital e a territorialização camponesa. É no sentido do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que a territorialização camponesa se insere no interior do modo de produção capitalista.

#### **4.3 – A Lógica contraditória do capitalismo no campo: territorialização do capital e a territorialização do *campesinato***

A discussão que se acrescenta neste momento é aguçar o embate com a teoria expressa em conceitos da ciência geográfica que, deve ter como intuito aprofundar a reflexão teórica na busca do desvendamento da realidade. Para tal propósito, tomamos cuidado em não cair na armadilha de discutir os conceitos em si como se fosse algo dado e estático, mas sim, a partir da realidade em movimento que se apresenta o objeto proposto da investigação.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

<sup>18</sup> Esse aprofundamento de reflexão se deve as críticas feitas no exame de qualificação no dia 14 de Agosto de 2007, pelos integrantes da Banca Examinadora.

Assumimos o posicionamento teórico marxista dialético, com base na compreensão de Oliveira (1995), que apreende o território na perspectiva desigual e contraditório do modo de produção capitalista:

...o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / modo de produção / distribuição / circulação / consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) onde o Estado desempenha a função fundamental da regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras. (OLIVEIRA, 1995, p. 26-27).

Na concepção de Oliveira (1995), o território é resultado do processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas marcado por uma constante luta de classes pela socialização contínua da natureza. Na terminologia marxista, a configuração social do território é dada pela questão da infra-estrutura e da superestrutura.

Ainda de acordo com Oliveira (2004), o processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro tem assumido duas lógicas: a da territorialização do capital sobre o campo e a da monopolização do território pelo capital. Essas são duas expressões geográficas do território sob a lógica do capital. A primeira indica a potencialidade do capital de tomar conta de todos os processos produtivos, transformando uma *persona* ao mesmo tempo em capitalista do campo, proprietário de terras e industrial. A segunda lógica expressa o caráter desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, personificada na relação da criação e recriação de relações não capitalistas para que assim possa haver sujeição da renda da terra gerada pelos camponeses ao capital. Essas duas lógicas gerais dão o tom do movimento do capital sobre o campo brasileiro.

Todavia, o capital em seu movimento desigual também pressiona os camponeses a expropriação, estes por sua vez são desafiados a buscar por meio de lutas o seu lugar no processo político e social de existência no seio do capitalismo. Daí a emergência da luta camponesa para entrar na terra e também para permanecer na terra de trabalho como pressuposto de resistência ao capital, muito bem analisada por Martins (1995).

A contradição é explicitada no campo quando o próprio capital possibilita a criação / recriação do *campesinato*. Este é o caso do processo de integração camponês – indústria, engendrado pela expansão do capitalismo no campo. Ao analisar o processo de integração: camponeses – indústria, no Norte do Paraná, Paulino (2003) apontou alguns elementos para o entendimento da monopolização do território pelo capital, explicitada na sujeição da renda da terra, momento em que a produção camponesa entra na esfera da circulação e é drenada pelo capital em seu conjunto (capital industrial, comercial e financeiro). A autora deu atenção especial a relação de integração camponês – indústria, descortinando alguns aspectos contraditórios da própria dinâmica do capital que o faz reproduzir relações de produção não capitalistas no campo. Dentre eles podemos destacar os seguintes:

- O próprio Marx, ao analisar o desenvolvimento do capitalismo identificou o descompasso existente entre tempo de trabalho e tempo de produção, que indicam a recriação de relações não capitalistas. A dependência da agricultura em relação às forças naturais abre brechas para a recriação do trabalho familiar no campo. (PAULINO, 2003, p. 116).

- Esse descompasso existente entre tempo de produção na indústria do tempo de produção no campo, faz com que o capital se utilize de outras estratégias para aumentar sua taxa de lucro. Isto faz com que a integração se apresenta com uma saída “salutar para a elevação da taxa de lucro da atividade industrial, dado o poder que as mesmas têm em ditar os preços e controlar o fluxo e os padrões da produção primária”.(idem, p. 113).

- Os camponeses comparecem ao mundo do trabalho de forma diferenciada em relação aos proletários, por possuírem os meios de produção e por serem entidades familiares, conservando a unidade entre trabalho e reprodução social. Isto indica que eles, os camponeses, produzem “uma geografia peculiar no campo, diferenciada tanto em termos espaciais como temporais” (idem, p. 113-114).

Kautsky, apesar de partir pressupostos dogmáticos da ortodoxia marxista, já no final do século XIX, visualizava a territorialização do capital manifestada na indústria no campo, e de forma mais particular na atividade econômica da bovinocultura do leite ao se ater à análise da suíça Nestlé.

Que extensão tomaram certas explorações da indústria agrícola? É o que nos mostram, por exemplo, as empresas da casa Nestlé. Ela possui na Suíça dez grandes fábricas para o preparo do leite condensado e uma fábrica para o preparo de farinha Láctea. Esta última, estabelecida em Vevey, trabalha diariamente 100.000 litros de leite, produto de 12.000 vacas, oriundos de 180 aldeias. 180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres. (KAUTSKY apud OLIVEIRA, 1981, p. 31).

Essa passagem de Kautsky demonstra bem a força com que o capital industrial se lançava em fins do século XIX sobre os campos da Europa Ocidental. Já apontava também para uma característica do capital industrial moderno que é a de se apropriar da renda camponesa mesmo não sendo o proprietário da terra.

Fredericq (1981) em seu estudo “A “Babá” dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro.”, deslinda as teias estabelecidas pelo capital no setor leiteiro brasileiro.

Para quase todos os insumos leiteiros, o mercado é extremamente concentrado: os mercados de rações, produtos veterinários, corretivos, fertilizantes, sementes e ordenhadeiras são liderados por poderosos oligopólios, o que assegura, a essas empresas, uma maior facilidade para impor suas condições de venda, preços etc. (FREDERICQ, 1981, p. 102).

Dentre essas empresas o autor destacava no setor rações a Ralston Purina, a Cargil, a Central Sop, a Dreyfus e a Continental Grains; no de produtos veterinários a Bayer, Pfizer, a Rhodia-Mérieux e Ciba-Geigy; no setor de sementes a International Basic Economy Corporation, a Dekalb e a Continental Grains; no setor de ordenhadeiras mecânicas a Alfa-Laval sueca e Westfhalia alemã. No setor industrial de lácteos mereciam destaques a Nestlé presente no Brasil desde de 1921 e a Danone desde 1970.

No contexto da integração dos produtores de leite como o capital em geral o autor advertia que:

Os produtores de leite são ligados, de um lado, ao subsetor de insumos, muito concentrado e liderado por oligopólios estrangeiros. De outro lado, vendem seu produto para empresas de transformação pertencentes ao setor de derivados \_ controlado por oligopólios transnacionais \_ ou de pasteurização \_ nas mãos de

indústrias nacionais privadas ou de cooperativas. (FREDERICQ, 1981, p. 105).

Da análise de Fredericq (1981) até nossos dias, pouca coisa mudou, ou praticamente quase nada, a não ser o fato de que o setor de rações deixou de ser monopólio. A Nestlé e a Danone juntas movimentam mais da metade do mercado nacional de iogurtes e sobremesas. O setor de captação e processamento de leite está ficando cada vez mais concentrado. Conforme o DESER (2002, p. 23), a captação das 16 maiores indústrias de laticínios de 5,632 bilhões litros ano em 1999, passou para 6,570 bilhões em 2001. Dentre os quais a Nestlé captou 1,42 bilhões de litros de leite em 2001.

Na Mesorregião Oeste do Paraná atuam no setor industrial de lácteos as cooperativas singulares que captam 55,8% do leite comercializado e os laticínios privados que ficam com a fatia de 44,2% do total. Existem na região 47 estabelecimentos lácteos, sendo 37 indústria ou usinas de beneficiamento e 10 entrepostos. (KOEHLER, 2001).

A tabela 5 traz informações sobre as empresas que atuam na Microrregião de Toledo, sua capacidade de produção, empregos diretos e o número de produtores integrados.

**Tabela 5: Indústrias de laticínios que atuam na Microrregião de Toledo – PR.**

Empresa ou Cooperativa.	Localização	Atividades	Capacidade instalada. (l/dia)	Empregos Diretos	Número de produtores
COOP. SUDCOOP	Mal. Cdo. Rondon	Uma usina de beneficiamento e uma indústria de laticínio.	500.000	198	3373
COOP. SUDCOOP	Palotina	Um entreposto de Resfriamento.	30.000	04	227
LAT. PARMALAT	Nova Santa Rosa	Um entreposto de Resfriamento.	25.000	04	220
COOP. COOPERLAC.	Toledo	Um entreposto de Resfriamento.	40.000	09	776
COOP. LA SALLE	Palotina	Um entreposto de Resfriamento	30.000	04	250
LAT. LÍDER	Maripá	Um entreposto de Resfriamento	110.000	13	750
LAT. BOMBARDELLI	Toledo	Uma usina de beneficiamento e uma indústria de laticínios	60.000	24	34
LAT. PEREIRA	Toledo	Uma usina de beneficiamento	10.000	10	01
LAT. REAL LATCO	Guaíra	Uma indústria de laticínios	40.000	18	58
LAT. LATCO	Ouro Verde	Uma indústria de	20.000	38	539

	do Oeste	laticínios			
LAT. AGRO LÁCTO	Toledo	Uma indústria de laticínios	39.000	07	24
LATICÍNIO BELOTO	Jesuítas	Uma usina de beneficiamento	23.000	05	86
LAT. PEREIRA.	Formosa do Oeste	Uma usina de beneficiamento e uma indústria de laticínios	28.000	10	06
LAT. FLORES E SALETE	São Pedro	Uma indústria de laticínios	10.000	10	40
LAT. MAXI LEITE	Toledo	Uma usina de beneficiamento	5.000	04	05
LAT. ÂNGELA I. HENKE.	Margarida	Uma indústria de laticínio	20.000	10	152
LAT. IND. LAT. MERCEDES.	Mercedes	Uma indústria de laticínio.	35.000	30	300
LAT. LÍDER	Pato Bragado	Um entreposto de Resfriamento.	45.000	11	500
LAT. LATCO	Maripá	Uma indústria de laticínios	70.000	72	700

Fonte: SEAB / DERAL / TOLEDO, 2001 Apud in KOEHLER (2001).

A SUDCOOP, dona da marca Frimesa é a maior indústria de laticínios da Microrregião de Toledo. Em 1999, ela passou a administrar a Cooperativa Central do Paraná (CENTRALPAR) localizada no município de São José dos Pinhais, que recebe leite da Witmarsun do município de Palmeiras e da Clac de União da Vitória.

De acordo com Mattos (2001) durante o processo de reorganização industrial das indústrias nos anos de 1990, a SUDCOOP passou a adotar a estratégia das líderes de mercado que é a diferenciação de produtos. Investiu na inovação tecnológica e criação de novos produtos: leites, bebidas lácteas, queijos e iogurtes.

A SUDCOOP, conforme a tabela 5, em 2001 possuía 3.600 produtores que forneciam leite de um universo de 8.041 produtores que comercializam leite com as indústrias de laticínios na Microrregião de Toledo. A Laticínio Líder que atua em Maripá é outra empresa de grande porte no cenário nacional.

A maioria dessas empresas se nutre do leite proveniente da agricultura camponesa, isto atesta que estamos diante da monopolização do território pelo capital. (OLIVEIRA, 2001).

Estas empresas têm atuado no sentido de estreitar a subordinação da produção camponesa no momento da circulação. O Programa Nacional de Qualidade na Melhoria do Leite transfere às indústrias o poder de controle e fiscalização sobre matéria-prima dos produtores agrícolas. Uma vez mais os



camponeses são pressionados à formalização junto à indústria do campo. A esse respeito os teóricos do SAG do leite profetizam as vantagens da modernização da pecuária leiteira no Brasil.

A atual década está sendo marcada por um intenso processo de seleção especialização da pecuária leiteira, principalmente em decorrência da introdução de sistemas de pagamento diferenciado por volume individual de produção, qualidade da matéria prima e regularidade da entrega. Não há melhor forma de especializar (leia-se profissionalizar) o produtor do que o pagamento diferenciado. Ao incentivar estes itens, penalizando a falta deles, a indústria força a melhoria dos índices técnicos de produção e o nível de qualidade do produto. (JANK, FARINA e GALAN, 1999, p. 74).

Todavia, vimos anteriormente que Testa *et. al.* (2003), em estudo no oeste de Santa Catarina, constatou que o pagamento diferenciado por bonificação de produção inibiu a produção de leite familiar naquela região.

Para concluirmos este breve tópico da territorialização e da monopolização do capital na bovinocultura do leite, destacamos alguns pontos a respeito da reprodução camponesa na ordem dominante do capital na atividade leiteira:

1- O camponês está inserido no universo das trocas capitalistas. A forma com que trava a sua relação social e econômica com o capital é quase sempre na ótica dos desiguais, uma vez que ele subordina a renda ao capital no momento em que necessita comprar produtos (rações, medicamentos, equipamentos industriais etc...) e no momento que vende o seu produto, no caso o leite para o laticínio.

2 - A formalização dos produtores com a indústria é uma condição imposta baseada em regras, em normas, ditadas pelo capital produtivo que tem por interesse subjugar a produção camponesa, tendo por intuito controlar a matéria prima produzida pelos camponeses.

3 - A formalização que geralmente pressupõe a especialização da produção de leite vai contra o funcionamento organizativo da unidade de produção camponesa. Daí surge a recusa da maioria dos camponeses à especialização produtiva tão exaltada pelos teóricos do SAG do leite.

4 – No processo de monopolização do território camponês pelo capital, os camponeses não se reproduzem simplesmente / mecanicamente sob a lógica da subordinação da renda da terra ao capital. Isto porque a produção camponesa é um

modo de vida que se organiza sob formas antagônicas à propriedade capitalista no campo.

#### **4.4 – A territorialização camponesa oriunda da informalidade de produtos do campo**

É no momento da circulação da mercadoria que a produção camponesa é subjugada pela ordem capitalista. Nesse momento o capital industrial se apropria da renda da terra sem ser o proprietário. A Microrregião de Toledo/PR se insere nessa lógica da subordinação da renda camponesa ao capital industrial.

Todavia, a subordinação da renda da terra ao capital é constantemente questionada pelos camponeses que buscam criar mecanismos para diminuir a exploração capitalista, seja através da industrialização de produtos na propriedade, na formação de pequenas cooperativas, na participação das feiras de produtos do campo, ou na venda in-natura do produto na cidade.

Essas ações e práticas citadas fazem parte da territorialização imposta pelos camponeses. Elas não nascem do acaso, mas sim da necessidade camponesa de criar mecanismos de fuga aos mercados formais do capital. A seguir a fala do camponês J. Simeão, que relata de forma sucinta a formação da cooperativa de produtores de leite de Guaíra:

A formação da cooperativa se deu através do preço baixo do leite. A Emater veio aqui com reunião e resolveu achar que na nossa comunidade poderia ser colocado um resfriador. Aí fizemos o ponto de receber o leite, construímos a casinha, colocou o resfriador e aí começou levar o leite aí em grupo e vender a um melhor preço para o laticínio, uma cota maior. Dali com reunião, a turma vendo se podia pasteurizar o leite e entregar na cidade. Aí tivemos outra ajuda dos produtores da associação de um lado, de outro lado tivemos ajuda do Estado e da Prefeitura. Aí conseguimos ter o pasteurizador, o carrinho de entrega do leite, este financiado, mas estamos conseguindo pagar aos poucos. Por aí vamos se defendendo da mão dos grandes laticínios para ver se sobra mais alguma coisa. A saída é luta tem que lutar. (Simeão<sup>19</sup>, grifo nosso).

O relato de vivência de Simeão demonstra as diferentes estratégias traçadas pelos camponeses para permanecer na terra. Contraditoriamente, o Estado

---

<sup>19</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

personificado no governo Roberto Requião, possibilitou a emersão de algumas associações de camponeses. A cooperativa de Guaíra, da qual Simeão faz parte, se beneficiou de equipamentos para a industrialização do leite, subsidiado pelo Governo sem contrapartida. Os cooperados atualmente estão se beneficiando do convênio do Estado denominado “Leite das Crianças”, que procura comprar leite de pequenas indústrias de camponeses. Segundo relatos do camponês responsável pela operacionalização da indústria, a CONAB por intermédio desse convênio tem pago oitenta e cinco centavos (R\$ 0,85), por litro de leite.

Em Toledo o governo subsidiou a construção de uma queijaria denominada “Associação Cerro da Lola”. Todavia a mesma, conforme constatado no trabalho de campo, tem encontrado dificuldades para industrializar e comercializar o produto. Verificou-se nesta associação de camponeses pouca coesão social. Conforme relatos de alguns camponeses a associação não estava se apresentando como instrumento de organização e participação, sendo que, boa parte dos associados apenas cumpria a tarefa de entregar o volume x de leite para associação.

Em seguida temos a tabela 6 que demonstra alguns dados referentes ao volume de produção de leite, seu destino final e o preço auferido.

**Tabela 6: Produção camponesa de leite. Relação entre volume de produção semanal de leite comercializado e preços pagos. (Média anual de 2006).**

Ordem: produtor	Volume (l) Comercializado com o laticínio.	Preço pago em média em R\$.	Laticínio comprador	Volume (l) comercializado direto com o consumidor	Preço pago em média em R\$.
1	0	-	-	300	0,75
2	280	0,43	Associação Cerro da Lola	-	-
3	840	0,42	Laticínio Real	80	0,75
4	-	-	-	-	-
5	1400	0,42	Associação Cerro da Lola	-	-
6	80	0,40	Entrega para o vizinho (laticínio Real)	120	0,80
7	300	0,35	Laticínio Real	225	1,00
8	0	-	-	150	1,00

9	600	0,38	Frimesa	450	1,00
10	0	-	-	-	-
11	350	0,38	Frimesa	350	0,90
12	80	0,41	Vende para o Vizinho (Frimesa)	1190	0,90
13	2450	0,43	Max leite	2340	0,80
14	1150	0,44	Cooperativa; Coperleite Guaira.	-	-
15	560	0,37	Coperlac filiada a Frimesa	630	0,90
16	-	-	-	-	-
17	500	0,35	Coperlac filiada a Frimesa	200	0,75
18	0	-	-	525	1,00
19	900	0,45	Associação Leite Oeste	1090	0,87
20	840	0,39	Laticínio Guatá	90	1,00
21	220	0,35	Laticínio Real	20	1,00

Fonte: trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro de março de 2007.

Da produção comercializada de leite por esses camponeses, aparecem quatro laticínios privados como compradores de parcela do total da produção de leite de nove (9) produtores. A Frimesa adquire a produção parcial de cinco (5) camponeses, a Real de dois (2), A Guatá e a Max Leite de um (1). Observa-se na tabela 6 que dois (2) camponeses vendem sua produção para o vizinho. Essa estratégia é muito utilizada na região, já que os laticínios pagam um preço diferenciado de acordo com o volume de produção. Assim ao invés de receber 32 a 34 centavos por litro, recebe 40 a 42 centavos em média por litro de leite.<sup>20</sup>

A Associação Leite Oeste foi criada em Marechal Cândido Rondon em início dos anos de 2000. Ela funciona como uma espécie de posto de captação de leite, que armazena o produto de um conjunto de produtores (20 a 30) e depois barganha com os laticínios para conseguir um preço melhor pelo produto. O camponês

<sup>20</sup> Vale ressaltar que essa prática é comum na região. Alguns camponeses afirmaram que o próprio leiteiro (motorista do caminhão tanque que transporte o leite) aconselha alguns camponeses a fazerem uso desse mecanismo, sem informar a indústria, no caso, o seu patrão direto.

associado recentemente, R. Spohr,<sup>21</sup> demonstra essa estratégia de preços utilizada pelos laticínios para pagar o mínimo possível ao camponês:

eu vendia o leite por 38 centavos para um laticínio e mês de janeiro agora, eu vendi o leite e recebi 38 centavos e mudei, passei a vender para um grupo que reúne o leite, junta a quantia e vende para este mesmo laticínio. Vendi o meu leite agora e estou recebendo 45 centavos. Quer dizer que o meu leite eu vendo por 45 centavos e vai parar no mesmo laticínio que me pagava 38. Então quer dizer que se a gente não briga, a gente não consegue melhoria de preço, então hoje, o colono em si, o produtor rural ainda não está preparado para brigar constantemente, estar todo dia conferindo planilhas para ver quanto custo o litro de leite, para ver se pagou certo, se não faltou dinheiro e se não tá bom. (SPOHR, grifo nosso).

O relato de Spohr demonstra a relação conflituosa que se estabelece entre camponeses e indústria. A venda de leite em grupos ou para vizinhos, é uma forma usada para lutar contra os laticínios, buscando assim um preço melhor para o produto. Spohr comercializa o leite na cidade e na feira. Na cidade possui cerca de 150 clientes que adquirem leite. Na feira comercializa nata, manteiga e queijo.

J. C. Ligabue<sup>22</sup>, juntamente com sua família, é um camponês que tem uma grande produção de leite. Possui um plantel selecionado de vacas, faz na própria propriedade uma grande quantidade de silagem de milho, é um produtor altamente especializado na atividade leiteira. Todavia, afirmou que está trabalhando com capacidade ociosa em virtude da política de preços praticada pelos laticínios. A produção dessa família camponesa é de cerca de 600 litros de leite diariamente, do qual metade do volume se destina ao mercado informal.<sup>23</sup>

A informalidade acontece por pura necessidade, infelizmente. Se nós ganhássemos um preço justo, um preço mínimo estipulado, hoje seria muito mais tranquilo, não teria informalidade alguma. A informalidade às vezes atrapalha a indústria, nossa com certeza atrapalha, mas não é de boa vontade nossa, se nós tivéssemos ganhando um preço justo não haveria a necessidade de fazer isso nunca. Quanto mais transtorno, tempo, trabalho, não haveria necessidade. Nós nos dedicáramos mais em melhorar a produção, o plantel, a higiene e ter a propriedade bem cuidada, às vezes é bem melhor do que estar na clandestinidade vendendo leite. Mas, isso aí é a remuneração da indústria que basicamente é o elo final

<sup>21</sup> Camponês de Marechal Cândido Rondon – PR, fev. 2007.

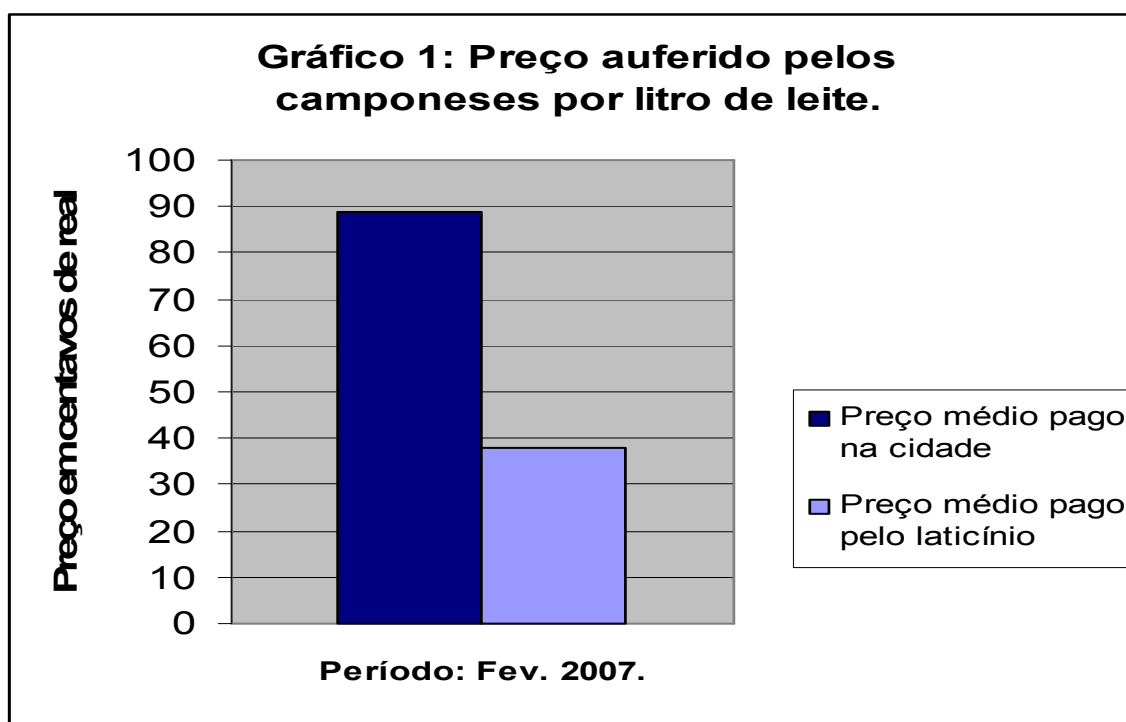
<sup>22</sup> Camponês de Toledo, fev. 2007.

<sup>23</sup> Ligabue é o produtor de número de ordem 13.

da nossa produção. Mas, infelizmente é assim. (LIGABUE, grifo nosso).

O relato do agricultor Ligabue demonstra bem o problema enfrentado pelos camponeses no momento da circulação da produção de leite. Os camponeses ao venderem seu produto o leite, entram no universo da circulação de mercadorias. No caso do leite, a indústria de laticínios é o grande canal de comercialização. Quando o camponês comercializa seu produto com a indústria que, por sua vez, estipula os preços a serem pagos; o camponês está subordinando a sua produção no momento da circulação ao capital industrial. Essa relação expressa a sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995 p. 175)<sup>24</sup>.

É o sentido concreto da sujeição da renda da terra ao capital que tem levado boa parcela dos camponeses a fugir do canal de comercialização com a indústria do campo. O gráfico 1 evidencia a diferença de preços auferidos pelos camponeses no momento da comercialização de seu produto.



Fonte: trabalho de campo realizado em Fev. 2007.

<sup>24</sup> “Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e da sua família, ao mesmo tempo que cresce sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em à grande propriedade, quanto em relação a propriedade familiar, de tipo camponês”. (MARTINS, 1995, p. 175).

Essa diferenciação de preços auferidos pelos camponeses, 38 centavos em média na venda para o laticínio e 89 centavos de real em média na venda para os consumidores da cidade, é um dos fatores que tem levado a perpetuação da comercialização informal de leite e também, de outros produtos como: a mandioca, o milho verde, derivados do leite, hortaliças, frutas, pães, bolachas etc...

**Foto 1: Fábrica de queijos da Associação de camponeses de Cerro da Lola em Toledo/PR**



**Bem, A. Trabalhos de campo realizada em fev. e mar. 2007.**

**Foto 2: Leite embalado pela família camponesa**



Leite embalado pelo próprio camponês. A embalagem é apropriada e segue os padrões de qualidade do produto como o grau de temperatura exigido para a conservação.

**Foto 3: Participação camponesa na feira de Toledo**



Participação nas feiras é uma das particularidades de boa parcela da população camponesa do município de Toledo – PR. A imagem demonstra a comercialização do queijo produto principal associada a uma grande variedade de produtos in-natura ou industrializados artesanalmente.

**Fonte:** BEM, A. Trabalhos de campo realizados em fev. e mar. 2007.



**Foto 4: Tanque de resfriamento de leite a granel**



A maioria dos camponeses produtores informais de leite da Microrregião de Toledo possui equipamentos apropriados para a ordenha de leite, como é o caso de ordenhadeiras mecânicas e o tanque de resfriamento a granel visualizado na imagem acima.

**Autor:** BEM, A. Trabalhos de campo realizada em fev. e mar. 2007.

O camponês D. Dias (produtor de ordem 7) tem na venda de produtos in-natura direto ao consumidor a sua principal forma de reprodução. Dentre os produtos se destacam o leite e a mandioca. O primeiro entregue em garrafas pet de 2 litros e o segundo produto entregue em embalagens plásticas de 1,5 Kg. Com a venda do leite diretamente ao consumidor, ele consegue 1,00 R\$, enquanto do Laticínio Real aufere apenas o preço de 35 centavos de real.

Em relação ao processo de integração camponês – indústria, Dias demonstra a compreensão de que a indústria no campo não é benéfica para os camponeses.

Acho que se o pequeno pudesse se livrar dessas indústrias seria o ideal. Trabalhar em associações pudesse melhorar o seu produto e transformá-lo e entregar no próprio consumidor, seria interessante. Mas, nem sempre funciona da forma que você quer. É pra sai do laticínio. Faz o leite dele mesmo e venda nos mercados e na cidade. Acho que seria por aí. (DIAS)

Mais adiante o agricultor relata um pouco da sua trajetória camponesa de resistência no campo:

A gente procurou diversificar na propriedade. Antigamente era só algodão, era algodão, milho esse tipo de coisa. Então, a gente procurou mexer com leite, aí para poder diversificar um pouquinho, melhorar o produto da gente, entregando nos mercados, o que a gente pode fazer. Eu acho que a tendência é essa, tentar sair dessas indústrias. (DIAS)

Se para o camponês Ligabue nota-se um sentido de culpa ao se praticar a informalidade, Dias ao contrário, talvez por sentir de forma mais nítida a pressão imposta pela indústria, visualiza a informalidade em sua fala como uma potencialidade camponesa.

Ligabue em sua fala explicita o problema do tempo exigido pela comercialização informal do leite, onde entram o tempo de transporte, o recebimento “picado” e muitos outros fatores. Entretanto, todos os camponeses entrevistados afirmaram que a prática da informalidade é uma condição necessária para a sua perpetuação no campo.

Os transportes utilizados para a venda do leite in-natura, geralmente, são a motocicleta, bicicleta, automóvel e em alguns casos a carroça.

**Foto 5: Bicicleta usada no transporte de leite**



As bicicletas são utilizadas principalmente pelos camponeses que comercializam um pequeno volume de leite variando de 80 a 200 litros semanais.

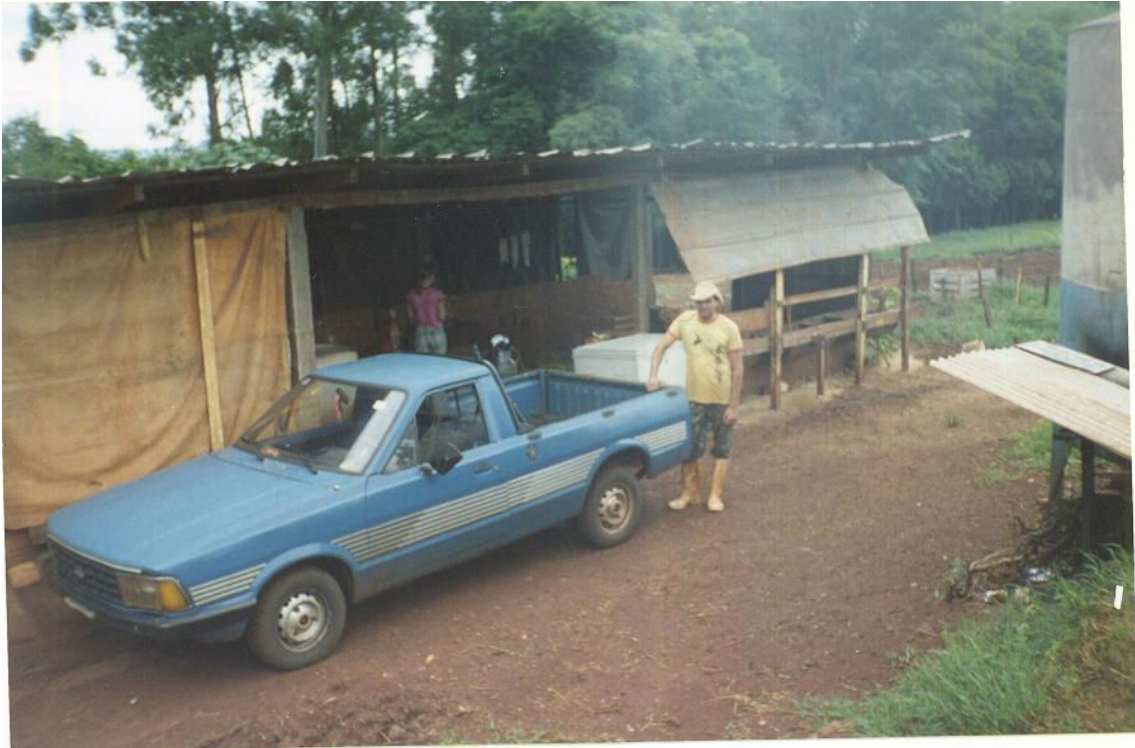
**Foto 6: Motocicleta usada no transporte de leite**



As motocicletas são os meios de locomoção mais utilizados pelos camponeses da Microrregião de Toledo – PR.

**Autor:** BEM, A. Trabalhos de campo realizados em fev. e mar. 2007.

**Foto 7: Automóvel usado no transporte de leite**



Os automóveis são utilizados pelos camponeses que geralmente comercializam grande volume de leite e seus derivados e, também outros produtos do campo como mandioca, hortaliças, frutas, milho-verde entre outros.

**Fonte:** BEM, A. Trabalhos de campo realizados em fev. e mar. 2007.

As trajetórias dos camponeses, no caso destes, que estão criando alternativas para fugir dos mercados formais do capital, se apresentaram muito similares na medida em que a integração com a indústria pressiona a agricultura camponesa e, conseqüentemente, coloca em risco a sua reprodução no modo de produção capitalista. Mais adiante, aprofundaremos essa discussão.

Dentre essas formas de fuga aos mecanismos formais de mercado, a indústria doméstica tem sido um dos mecanismos utilizados pelos camponeses para garantir sua subsistência. A tabela 7 evidencia alguns números referentes à indústria artesanal camponesa.

**Tabela 7: Indústria doméstica de derivados de leite: produção comercializada e destino**

<b>Produtor: ordem</b>	<b>Produtos comercializados</b>	<b>Volumes comercializados semanalmente. (média anual 2006)</b>	<b>Destino da produção</b>
1	Queijo	5kg	Conhecidos e parentes
3	Queijo, manteiga e nata.	Queijo 7kg, Manteiga 2Kg e nata 5Kg.	Feira.
4	Queijo	6Kg	Mercado e conhecidos
8	Queijo	3Kg	Conhecidos
10	Queijo	20 Kg	Consumidores da Cidade
16	Queijo	30Kg	Feira
17	logurte	40 l.	Consumidores da cidade.
19	Queijo, nata e manteiga.	Queijo 50 Kg, nata 20 Kg e Manteiga 10 Kg.	Residências urbanas, feiras e mercearias.

Fonte: trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro e março de 2007.

Na indústria doméstica de derivados de leite, nota-se na tabela 7 a predominância da fabricação do queijo em 7 das 8 unidades de produção camponesas. As feiras, os mercados, os consumidores da cidade e os conhecidos (amigos e parentes) são os principais canais de comercialização dessa indústria artesanal camponesa. A maioria desses camponeses adquiriu um selo de identificação junto às prefeituras que contém dados básicos como: nome do produtor, produto, ingredientes, local, data de fabricação e data de validade. A licença sanitária é conseguida por meio de visitas de técnicos ligados à prefeitura.

Todavia, a indústria artesanal não é contemplada pela PNQL, uma vez que a pasteurização do leite na propriedade é requisito obrigatório para o beneficiamento de produtos lácteos. Esta exigência dá a indústria artesanal de queijos o caráter de informalidade.

Conforme informações obtidas junto aos camponeses de Toledo, onde a indústria doméstica de queijo é forte, está havendo uma pressão dos órgãos fiscalizadores sobre a produção de queijos coloniais, obrigando os camponeses a realizarem a aquisição de pasteurizadores. L. Welter<sup>25</sup> nos relata um pouco sobre o processo de proibição do queijo colonial em Toledo:

<sup>25</sup> Camponês de Toledo, fev. 2007.

O Estado tem ajudado, mas está muito aquém e a vigilância esta muitas vezes até atrapalhando o produtor, porque nós trabalhamos há tanto tempo com o produto, por exemplo, o queijo. E agora, tá sendo proibindo de fazer o queijo colonial e agora tem que ser pasteurizado esse leite, só que não está havendo aceitação do nosso consumidor. Houve tanto tempo que o produto não fez mal para ninguém e porque só agora estão querendo exigir essa questão. Então isso está atrapalhando muito o produtor. A promotoria esta aí com a lei e a prefeitura tem brigado em cima, os produtores tem brigado bastante com isso, pois é uma coisa nova e tá havendo muita resistência. Não sei até quando vamos conseguir resistir com isso, não sei se vai ou não dar certo a implantação de pasteurizadores na parceria prefeitura e produtores. Não sei se vai haver aceitação ou não.

(...)

Teria que haver uma união a mais entre os próprios produtores. Não há ainda uma associação de produtores para defender o queijo colonial. Houve resistência, mas não houve um agrupamento de agricultores para defender mais a fundo. (...)

Houve bastante luta, lutamos bastante, teve três reuniões com o pessoal da prefeitura, a secretaria da agricultura e a vigilância principalmente que tava impondo para nós o pasteurizador, então foi colocado por que só agora essa exigência, seja há cinquenta anos se é vendido o leite dessa forma.

(...)

Houve um apoio por parte do poder público, no caso da prefeitura só para os agricultores que estavam nesse grupo da reunião. Quem não estava no grupo não teria mais chance agora.

A fala de Welter destaca de forma eloqüente a questão da imposição proibitiva e do seu questionamento realizado pelos camponeses, isto é, a sua resistência em se adequar a determinadas normas e regras de produção a qual eles são alheios. O relato de Welter também nos demonstra o caráter contraditório do Estado, no caso do leite o caráter dual: coibição por parte da vigilância sanitária e permissividade nebulosa por parte da prefeitura que personifica o poder público local.

Por outro lado, a permissividade do poder público local nasce a nosso ver de dois fatores: primeiro, a tradição da indústria artesanal e a presença considerável de camponeses sobre o território; e segundo, pela legitimação dada pela sociedade local à produção camponesa, em outras palavras, a força do costume<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Sobre essa questão, acreditamos que as afirmações expostas necessitam de uma investigação aprofundada sobre a relação produção camponesa e aceitação do consumidor. Todavia com base em conhecimento empírico sobre a região e sua população, verifica-se uma valorização de produtos camponeses pela grande maioria dos consumidores da cidade.

A este respeito, o Sr. G. Teixeira de Guaíra, que há aproximadamente 15 anos realiza a venda informal de leite aos consumidores da cidade, relatou que teceu laços de solidariedade com a maioria de sua clientela (médico, professores, e demais trabalhadores da cidade). Fato que nos chamou a atenção é que o Sr. Gerci possui a chave das residências de boa parte de seus clientes (amigos). Ao realizar as entregas de leite pelas manhãs, ele abre a porta da residência adentrando-a e coloca a garrafa *pet* de 2 litros de leite no interior da geladeira.

Todavia, notamos que em relação às ações e as estratégias usadas pelos atores sociais sobre o território, há um descompasso ditado por ritmos diferentes. O ritmo da indústria moderna que corporifica o capital, e o ritmo da indústria artesanal que caracteriza o camponês. Aqui não se trata de anomalias, mas de um desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista.

Por sua vez, se estas práticas camponesas eram antes comuns e livres dentro do capitalismo, agora com a sua proibição, continuam a se processar sobre o território de forma “clandestina”. Este fato nos revela que: as estratégias de reprodução camponesa, baseadas na indústria artesanal e na comercialização in-natura da matéria prima direta ao consumidor, não são mais viáveis pelas regras e normas do capital. Diante deste contexto, a informalidade de produtos do campo não é uma simples estratégia de reprodução familiar, é mais do que isso, porque se traduz como um mecanismo de resistência camponesa frente ao ordenamento do capital, personificado para eles (os camponeses) na legislação do Estado e da grande indústria.

## 5 - A INFORMALIDADE DE PRODUTOS DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AO CAPITAL

A informalidade de produtos do campo nos revela um descompasso existente no avanço do capitalismo sobre o campo, e a sua conseqüente desigualdade como condição antagônica, manifestada no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

O campo brasileiro tem mostrado que o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória. A expansão das relações capitalistas de produção e também das relações não capitalistas de produção, reforçam essa tese.

Paulino (2003) argumenta que uma fração do território está sob o controle dos camponeses. Todavia, geralmente essa fração se localiza no interior da lógica da monopolização do território pelo capital, isto é, da sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2001).

A informalidade de produtos do campo realizada pelos camponeses, em especial os camponeses produtores de leite, procura nos mostrar outra realidade, qual seja a criação de estratégias de fuga da lógica de monopolização de seu território pelo capital. É claro que essa fuga é conjuntural, pois a monopolização do território pelo capital é um conjunto de amarras e tramas (capital industrial, comercial, financeiro) em que os camponeses estão inseridos.

Os camponeses na luta pela sua reprodução forjam armas de acordo com o que a realidade lhe apresenta. O relato a seguir de J. Simeão<sup>27</sup> nos mostra um pouco da sua trajetória camponesa:

viemos em 1957 de Rancharia - SP. Naquela época Guaíra era tudo mato, dificultoso, chovia bastante, tinha muito pernilongo, era bem sofrido. Mato não queimava bem, tinha que descoivar tudo na foice e no machado. Então, a vida não era fácil. Os produtos daquela época era algodão, feijão, arroz. Daí as coisas foram mudando... Com o passar do tempo veio a mecanização. Essa mecanização foi

---

<sup>27</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.



modificando o plantio para soja. O algodão que nós plantava bastante foi dando bicudo... veneno muito caro. Aí já fomos largando o algodão por causa da concorrência com o bicudo. O bicudo comia todas as bolinhas do algodão, o veneno era muito caro. Aí nós se obrigamos a largar de plantar algodão e passamos a mexer com um pouco de soja e pouquinho de leite, agora ultimamente. Nós estamos mexendo aí devagarzinho com o leite, estamos esperando essa associação da cooperativa, juntamos os produtores e fizemos a associação para fugir um pouco do intermediário, que são esses laticínios grandes, que não tem como você trabalhar com eles. Porque uma época tá num preço, noutra época tá outro. Eles visam lucro só pro bolso deles. Quer dizer então, que se não juntar em comunidade, em grupo e fazer alguma coisa não é muito fácil .. então tem que juntar pra ver se resolve na medida do possível o problema. Então nós estamos aí, com as 20 vacas leiteiras, temos essa associação, Estamos na luta aí.

O relato do camponês J. Simeão demonstra de forma ímpar como o capitalismo atravessa o mundo camponês (modo de vida), ora estilhaçando sonhos de alguns, como é o caso dos camponeses que foram expropriados pela mecanização, ora subjugando a sua produção para que seja possível a reprodução ampliada do capital. Todavia, “sair de São Paulo”, vir “para o Paraná”, “enfrentar o bicudo do algodão e mercado usuário de venenos”, “entrar na atividade leiteira”, “fugir dos laticínios”, “vender leite na cidade”, “formar cooperativa de camponeses”, deixa explícito que “se o mercado [leia-se o capital] domina o campesinato, ele não o organiza”.(TAUSSIG apud WOORTMANN, 1990, p.12, grifo nosso).

A organização do *campesinato* distingue-se da propriedade capitalista no campo, não só pelo fato da terra camponesa ser terra de trabalho e a capitalista ser terra de exploração e espoliação. Os relatos a seguir mostram uma outra dimensão:

“Essa terra faz parte da minha vida (...) eu vejo ela, como parte da minha família. Quando é final de ano, os parentes vêm todos para cá, se reúnem aqui. Aqui fazemos nossas festas. Então aqui é assim, é o meu chão”. D. Dias<sup>28</sup>

... toda vida me criei no campo mesmo, na propriedade. Representa ela pra mim, vamos dizer: pra mim ela é tudo. Pelo modo de vida que eu já tenho costume, do campo... Toda vida gostei de morar na chácara, num lugar mais sossegado. Então, eu acho pra mim eu não trocaria nada pela propriedade do campo. Eu nasci e me criei no campo, e eu exerço essa atividade, eu gosto dessa vida e dou valor a propriedade mesmo com os problemas que nós enfrentamos, eu sou feliz e adoro viver na propriedade.

<sup>28</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

Já enfrentei as crises, procurando medidas no modo do possível para superar elas, mas sem o pensamento de sair do campo. Porque eu sei se eu sair do campo estou trabalhando contra a minha própria pessoa. É a coisa mais difícil, eu sei que lá fora eu não vou gostar de ficar lá ... eu não vou saber fazer nada ... Então, o que eu sei tá tudo aqui no campo. E o modo de eu descansar e pensar está no campo. Então, eu adoro, pra mim representa tudo. Não tenho o pensamento de a perder por nada. J. Simeão<sup>29</sup>

As falas de Simeão e Dias acrescentam à dimensão “terra de trabalho” uma outra significação: a de terra como valor ético/moral. Também demonstra que os camponeses se organizam num tripé: terra, família e trabalho, sendo a terra um patrimônio da família construída pelo trabalho. Sobre esta questão Klaas Woortmann (1990), trata com autoridade a dimensão da terra camponesa que assume a expressão de moralidade e valoração ética.

Vê-se a terra, não como a natureza que se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p. 12)

A valoração ética e a ordem moral estabelecida pelos camponeses na sua relação com a terra, que Woortmann (1990) muito bem identifica, nos mostram a distinção clarificada entre a terra capitalista e a terra camponesa. Enquanto a primeira é pura mercadoria, coisa, a segunda é patrimônio da família, não expressa valor de troca, pois é a morada da vida. Os relatos dos camponeses J. Simeão e D. Dias validam a hipótese da ordem moral camponesa de Woortmann (1990).

A existência contraditória dos camponeses no MPC implica numa compreensão mais disforme da realidade, o que exige dos pesquisadores apreender a realidade concreta desse, por muito considerado bárbaro (o camponês), que continua desafiando os modelos teóricos impostos que priorizam a uniformidade do espaço, como é o caso da ortodoxia marxista. O reforçamento de alguns modelos chega a tal ponto de desenterrar dos escombros do debate, da questão agrária de fins do século XIX e inícios do XX, teses de clássicos que profetizavam o desaparecimento dos camponeses, nem que isso custe cometer um anacronismo

---

<sup>29</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

histórico<sup>30</sup>. Talvez, o mais correto para esses teóricos descolados da realidade agrária brasileira, seria falar para os mais de 15 milhões de camponeses brasileiros que eles não deveriam estar ainda no campo.

A presença e permanência dos camponeses no espaço agrário são uma questão sempre conflituosa para os pesquisadores que se propõem a deslindá-la. As várias análises que defendem a sua reprodução bem como a sua extinção esbarra geralmente em esquemas teóricos que se chocam com a realidade vivida pelos personagens sociais, que por ora, tem se colocado fora dos próprios esquemas. Martins (1995) exprimiu com muita autoridade a forma como os camponeses por muito tempo foram tratados pelas teorias e pelos partidos políticos brasileiros:

Definiam-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. (MARTINS, 1995, p. 24).

A análise de Martins (1995) demonstra bem o problema que envolve a questão camponesa. Situação que não se resolve pela transposição teórica de modelos científicos e nem na colocação dos seus problemas em projetos dos partidos e de militâncias.

Ora, a questão da reprodução dos camponeses se mostra como algo ambíguo e paradigmático no seio da intelectualidade, que muitas vezes não respondem a realidade dada e vivenciada pelos sujeitos históricos que de uma forma ou de outra permanecem no espaço agrário.

Neste sentido, é preciso se aproximar da realidade camponesa, dos seus dilemas, dramas e de seus sonhos expressos no seu relacionamento e enfrentamento com o capital. A informalidade de produtos do campo é um produto dessa relação que não é mecânica, é aberta e dialética, contém geralmente os

---

<sup>30</sup> “Nosso referencial teórico está fundamentado nas leituras das obras clássicas da agricultura, sobretudo em Marx, Kautsky e Lenin, além dos principais intérpretes da formação social brasileira, em especial Ignácio Rangel. Tal opção teórico-metodológica implica em uma análise dos dados concretos do desenvolvimento histórico brasileiro, não nos permitindo concordar com o romantismo cristão idealista que defende a agricultura familiar e camponesa como sinônimo de justiça social no campo. (SAMPAIO, BROIETTI, & MEDEIROS, 2005, p.8).

germes da negação e da reprodução, o que faz com que o oprimido não se curve fielmente ao opressor. A negação ao processo de integração com a indústria de laticínios demonstra esse conteúdo dialético e questionador dos camponeses frente à ordem dominante estabelecida pelo capital.

A informalidade da comercialização de leite realizada pelos camponeses transgride as normas e regras do capital na bovinocultura do leite. Esse questionamento realizado pelo camponês muitas vezes é ambíguo, pois não reconhece, ou melhor dizendo, não visualiza claramente os agentes da sua opressão, por isso as falas de Ligabue<sup>31</sup> e de Spohr<sup>32</sup> apresentam contradições. Para Ligabue existe um sentimento de culpa: “a informalidade acontece por pura necessidade, infelizmente”. Já para Spohr a concorrência das empresas é compreendida de forma ambígua: “a concorrência é boa, ela existe, nós aqui lutamos bastante, conseguimos trazer concorrência dentro da nossa região”, mais adiante, ele fala que para o camponês sobreviver: “tem que produzir coisas para escapar do dia a dia, do milho, da soja, dessas coisas aí. (...) se fosse produtor de leite teria que escapar dos laticínios”.

Já para Simeão<sup>33</sup>, Welter<sup>34</sup> e Dias<sup>35</sup>, o opressor é o grande capital manifestado nas grandes indústrias (rações, medicamentos, de lácteos), no capital financeiro e no Estado. As falas deles expressam de forma clara o sentido da resistência. Para Welter: “O capitalismo é coisa só para grande...” mais adiante ele argumenta que: “A Sadia, as integradoras são donas do negócio e você simplesmente é um empregado”. Simeão e Dias pregam em suas falas a necessidade de fuga aos laticínios: “se livrar desses laticínios serio o ideal”, “a turma precisa se reunir, contar o atravessador [laticínio] e trabalhar em grupo”.

Essa percepção do camponês no que se refere ao seu relacionamento com o capital, é elucidada por Martins (1991, p. 16-17):

Só uma força fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social. O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da

<sup>31</sup> Camponês de Toledo, fev. 2007.

<sup>32</sup> Camponês de Mal. Cdo. Rondon, fev. 2007.

<sup>33</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

<sup>34</sup> Camponês de Toledo, fev. 2007.

<sup>35</sup> Camponês de Guaíra, fev. 2007.

terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários. A união e a força dos lavradores do campo não vem de dentro da sua condição social. O lavrador que trabalha isoladamente com a sua família não tem possibilidade de perceber a extensão social e força política de todos os lavradores de sua sociedade. Somente quando o capital, de fora da sua existência, invade o seu mundo, procura arrancá-lo da terra, procura transformá-lo num trabalhador que não seja proprietário de nada além da força dos braços, somente aí que as vítimas da invasão, dessa expropriação, podem se descobrir como membros de uma classe. Essa descoberta se dá pela mediação do capital. É o que está acontecendo em nosso país. (MARTINS, 1991, p. 16 – 17)

Na compreensão de Martins (1991), é na mediação com o capital que o camponês se descobre enquanto classe, ou seja, quando a exploração e a expropriação se tornam visíveis e o mundo do camponês se vê ameaçado por um fantasma que astutamente não se cansa de bater na sua porta. É a partir do reconhecimento do seu fantasma, o capital, que a possibilidade de existência e reprodução enquanto classe camponesa se ergue como contradição do capitalismo. Welter, Simeão e Dias já tiraram o véu do fantasma que pressiona em direção a expropriação. Por isso a sua resistência é qualificada do ponto de vista político ideológico de classe.

É na compreensão da resistência camponesa ao capital, que a comercialização informal de leite e seus derivados ganha corpo e sentido concreto de luta contra o capital. Pois, para estes camponeses a subordinação da sua renda ao capital industrial já não lhes possibilita mais a sua existência. A informalidade camponesa atesta essa condição de recusa. A esse respeito Fabrini (2003) acrescenta que:

A capacidade de produção de mercadoria e a suposta eficiência econômica não podem garantir sempre a existência dos camponeses, porque a entrada na dinâmica do mercado capitalista implica na sua subordinação e expropriação. O lugar social dos camponeses ocorre por meio da luta contra a expropriação, luta para entrar na terra e nela permanecer. (FABRINI, 2003, p. 8)

Apesar do capitalismo, muitas vezes, possibilitar a recriação dos camponeses para que assim seja possível extrair a sua renda, como bem salienta Oliveira (2001), nem sempre essa condição se processa no espaço agrário. É dentro desse contexto que Fabrini (2003) afirma que a suposta eficiência econômica não

assegura sempre a existência camponesa, por isso, na maioria das vezes ela é garantida na luta para entrar e permanecer na terra de trabalho.

A comercialização informal de leite realizada pelos camponeses da Microrregião de Toledo confirma essa hipótese. E também coloca em questionamento a compreensão de “agricultor familiar moderno” de Ricardo Abramovay (1998), pois estamos em uma região de concentração de capitais de lácteos, com forte modernização convivendo com uma produção artesanal e, concomitantemente, com a venda informal.

Isto acontece pelo fato da existência desses camponeses não estar vinculada à sua integração formalizada pelo capital, muito pelo contrário, pela sua recusa a essa integração.

Essa recusa tem como um de seus objetivos diminuir o peso da extração da renda da terra promovida pelo capital. Os camponeses diante deste contexto procuram estratégias, ou alternativas para amenizar o grau de exploração imposto pelo capital. Dentro dessa lógica: “... os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital.” (ALMEIDA, 2006b, p. 24)

A possibilidade de existência camponesa passa a ser visualizada na sua capacidade de resistência, de luta contra o capital que procura subjugar a sua renda ao máximo, e não podendo fazer, pressiona a sua expropriação. Neste contexto, Fabrini (2003, p.41) acrescenta que:

A contradição e desigualdade das relações capitalistas de produção estão no enfrentamento e na recusa à proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

A conquista e reprodução do território camponês têm se dado por meio da luta e da resistência ao capital que procura estreitar a sua relação de exploração sobre a agricultura camponesa.

A comercialização informal de leite e de seus derivados na Microrregião de Toledo, se revela como uma alternativa de resistência forjada pelos camponeses para se perpetuarem no campo, na terra de trabalho. A resistência surge como

consciência, mesma que ambígua, de que a integração camponesa com o capital industrial coloca em risco a reprodução camponesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses produtores informais de leite da microrregião de Toledo – PR, objeto/sujeito de estudo da presente investigação, exigiu-nos um esforço de análise teórica que ousasse em deslindar os liames das tramas da expansão do capitalismo no campo, par a passo com a contraditória existência camponesa.

A informalidade analisada pela sua superficialidade já é algo proposto pelo agronegócio do leite, a saber, como bem fazem os teóricos SAG do Leite (JANK, FARINA e GALAN, 1999) e da Cadeia Produtiva do Leite (GOMES, 2001) que pregam a especialização produtiva como única forma de reprodução camponesa no capitalismo. Esta forma de pensar personifica a visão mercadológica do agronegócio do campo, fazem encantamento ao positivismo, historicismo e a ortodoxia marxista.

Logo, a compreensão da monopolização do território pelo capital ou da territorialização do capital no campo se convergem numa única forma de expansão do MPC no campo, fazendo com que se escondam os sujeitos sociais do campo. Desta forma, capitalistas, latifundiários e camponeses são tratados como produtores rurais, produtores do agronegócio. A mídia, como as classes dominantes regionais brasileiras bem sabem como fazer essa magia.

Todavia, o método da dialética materialista de Marx se apresentou como ferramenta teórica para desvendar a realidade aparente a partir da essência de sua conflitualidade originada pela divisão da sociedade em classes, a saber, proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores.

Na pesquisa empírica, podemos constatar que parcela significativa dos camponeses produtores de leite da microrregião de Toledo tem criado alternativas para romper com a integração com a indústria de lácteos. Dentre estas, destaca-se a fabricação artesanal de queijos, a formação de pequenas cooperativas, as feiras e, principalmente, a comercialização in-natura do leite diretamente aos consumidores.

A proibição da comercialização informal do leite e seus derivados através da Portaria 56, que institui a PNQL, conferiu a essas práticas camponesas o caráter de informalidade. Todavia, os camponeses têm dado continuidade a essa prática, à



medida que ela se apresenta como estratégia de reprodução camponesa no capitalismo.

A perpetuação da informalidade do leite tem garantido aos camponeses a sua existência no campo, na terra de trabalho. Para alguns camponeses o sentido da resistência é mais nítido, já que o capital se apresenta para eles como um agente da exploração e da expropriação.

A fuga dos camponeses em relação aos mercados formais (grandes laticínios) do capital em uma região de forte concentração no setor de lácteos, aponta para inviabilidade da reprodução camponesa na formalização com o capital, o que coloca em questionamento a existência camponesa com base na produção de mercadorias defendida por Abramovay (1998). Por outro lado, sinaliza a compreensão da existência camponesa no contexto do desenvolvimento desigual e contraditório do capital apontado por Oliveira (2001), e também, do pressuposto da resistência camponesa ao capital trabalhado por Martins (1991, 1995).

A resistência camponesa visualizada na informalidade do leite nos revela o peso da subjugação do capital sobre a renda camponesa no momento em que o leite entra na esfera da circulação e se torna mercadoria. A recusa a essa subjugação é uma das formas encontradas por estes camponeses para diminuir a intensidade da exploração capitalista que lhes empurra para a expropriação.

Essa relação demonstra que no processo de monopolização do território camponês pelo capital, as relações sociais de dominação / exploração não se dão de forma mecânica. A materialidade dialética do capitalismo expressa no desenvolvimento desigual, nos permite apreender a conflitualidade do seu corpo disforme, manifestada no descompasso existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. A não compreensão desse processo tem levado alguns autores a equívocos na análise teórica, este é o caso da ortodoxia marxista.

Para contrapormos o paradigma da ortodoxia marxista que parte do pressuposto da universalização do capital como lei histórica do desenvolvimento das forças produtivas, recorreremos à realidade vivenciada pelos camponeses, onde a terra camponesa, patrimônio da família e morada da vida difere da capitalista que é coisa, ou simples mercadoria. (WOORTMANN, 1990).

A resistência camponesa surge do próprio relacionamento do camponês com o capital (MARTINS, 1995). A pressão exercida pelo capital em seu conjunto

para subjugar a produção camponesa coloca em risco a sua conseqüente existência contraditória no capitalismo. O camponês por sua vez, é capaz de visualizar o seu opressor e reconhecê-lo no contexto das lutas de classe, quando ele vê o seu mundo ameaçado, quando a exploração, ou seja, a subjugação da renda da terra chega a tal ponto que a expropriação bate a sua porta. Neste momento, já estão corporificados em sua mente o capital industrial, o capital comercial e o capital bancário.

## REFERÊNCIAS

### ENTREVISTAS ORAIS

Entrevista realizada com Dias, no dia 03/02/2007, em Guaíra - PR.

Entrevista realizada com Ligabue, no dia 23/02/2007, em Toledo - PR.

Entrevista realizada com Simeão, no dia 03/02/2007, em Guaíra - PR.

Entrevista realizada com Spohr, no dia 24/02/2007, em Marechal Cândido Rondon - PR.

Entrevista realiza com Welter, no dia 06/02/2007, em Toledo – PR.

### JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS FONTES.

DESER. Departamento de Estudos Sócio – Econômicos Rurais. **A regulamentação da produção de leite**. In: Bol. nº 122, outubro de 2001.

FÉLIX, R. CPI do leite propõe câmara setorial. **Folha de Londrina**. Londrina, 24 Jul. 2003.

KOEHLER, J. C. **Diagnóstico da Cadeia produtiva do Leite da Região Oeste do Paraná – Setembro 2001**. In: <http://www.br/seab/dera/cas2001.pdf>. (p. 1 - 37)

Acesso em 20/04/07.

PARANÁ. Secretária do Estado da Agricultura abastecimento – SEAB. Departamento de economia rural – DERAL e Divisão de conjuntura agropecuária – DCA. **Bovinocultura de Leite Prognóstico – 2000**. Curitiba: SEAB/DERAL/DCA, 2000. 53p.

### BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. e. Campinas: Hucitec e Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A Questão Agrária hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

ALMEIDA, R. A. A herança da terra no trabalho com fontes orais. In: BORGES, M. C. e OLIVEIRA, V. W. N. de. (orgs.) **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006a.

- ALMEIDA, R A. de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006 b.
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 e. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. HUCITEC / IPESPE: São Paulo / Recife, 1995.
- ANDREUCCI, F. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, E. [et. al.]. **História do Marxismo. Volume II**. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ARCHETTI, E. Presentación. In: CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires; Nueva Visión, 1974.
- BEM, A. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon – PR**. Monografia (Graduação em Geografia). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2004.
- BENJAMIN, W. Teses sobre filosofia da história. In: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.
- CASALDÁLIGA, P. **Na procura do Reino: antologia de textos, 1968-1988**. Tradução de Antônio Carlos Moura. São Paulo: FTD, 1988.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da. STOLCKE, V. (orgs.) **A Questão Agrária**. Tradução de Edgard Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COLODEL, J. A. Cinco Séculos de História. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- CORRÊIA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**: São Paulo; HUCITEC, 1996.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. Campinas: SP, ÍCONE / UNICAMP, 1985.
- FABRINI, João E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- FOSTER, J. B. Posfácio. In: WOOD, E. W. & FOSTER, B. J. (orgs.) **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Tradução de Ruy Jungman. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1999.

- FREDERICQ, A. A “Babá” dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, O. L. e FREDERICQ, A. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1981.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, I. E. de GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOMES, S. T. Evolução recente e perspectivas da produção de leite no Brasil. In: GOMES, A. T. LEITE, J. L. B. CARNEIRO, A. V. (Orgs.). **O agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa gado de leite, 2001.
- GRAZIANO NETO, F. Recolocando A questão agrária. Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária Hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1990.
- HOBBSAWM, E. **Sobre História**. Tradução de Cid knipel Moreira. 2 e. São Paulo:Schwarcz, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção de Pecuária Municipal – 2005**. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) acesso em 15/04/07.
- JANK, M. S; FARINA, E. M. Q; GALAN, V. B. **O Agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Milkibizz, 1999.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Vol. 1. Tradução de João Antunes. Portucalense: Porto, 1972.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- LEFEVBRE, Henri. Filosofia Marxista. In: **O Marxismo**. Tradução de J. Guinsburg. 5 e. São Paulo: Difel, 1979.
- LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. Revisão de Paulo Bezerra. 2 e. Nova Cultural (Os economistas): São Paulo, 1985.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8 e. Cortez: São Paulo, 2003.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 e. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**. 3 e. HUCITEC: São Paulo, 1991.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política, Do Capital, O Rendimento e suas Fontes**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores)

\_\_\_\_\_. A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Livro 1 vol. 2. São Paulo: Difel, 1985.

MATTOS, S. M. M. **Competitividade das Cooperativas Centrais de Laticínios no Paraná**. (Dissertação de mestrado em Economia) UFSC, Florianópolis, 2001.

MOTA, L. T. & NOELI, F. S. Exploração e Guerra de Conquista dos territórios indígenas nos Vales dos rios Tibagi, Ivai e Piquiri. In: DIAS, R. B. & GOLÇALVES, J. H. R. (orgs.) **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999.

OLIVEIRA, A U de. Geografia e Território: Desenvolvimento e contradições na agricultura. IN: **Boletim de Geografia Teorética**, nº 25 (46-50), pp. 15 – 58, 1995.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2 e. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 58, set. 1981: AGB, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de & MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC / IPARDES: Curitiba, 1981.

PAULINO, E. T. **A Terra e a vida: A Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente-SP, 2003.

PFLUCK, L. D. **Mapeamento geo-ambiental e planejamento urbano. (Marechal Cândido Rondon – PR / 1950 -1997)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

PILATTI BALHANA, A; PINHEIRO MACHADO, B; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Vol. 1. org. Faissal El-Khatib. Curitiba: GRAFICAR, 1969.

- PLEIN, C. & SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L. & RAMOS, M. **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. (editores) Francisco Beltrão, 2003.
- SAMPAIO, F. dos S, BROIETTI, M. H & MEDEIROS, M. C. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. In: **Cadernos Geográficos** (Florianópolis), nº 11, Maio 2005.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2e. Petrópolis -RJ: Vozes, 1982.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceitualização e desconceitualização \_ o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Estudos Cebrap**. Petrópolis, nº 26, p. 43-79, 1980.
- SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, UNICAMP, 1996.
- SILVA, O. H. da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- TESTA, V. M. et al. **A escolha da Trajetória de produção de leite como estratégia de Desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Sar, 2003, p. 130.
- THOMPSON, Paul. A contribuição da história oral. In: **A Voz do passado: História oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. 3 e. Tradução de E. Huggins. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VEIGA, J. E. da. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos do Agreoreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária Hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.
- WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2 e. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral ". **Anuário Antropológico** (Rio de Janeiro), n.87,1990.
- WESTPHALEN, C. PINHEIRO MACHADO, B. BALHANA, A. P. Ocupação do Paraná. **Cadernos de Migração**. Vol. 3. São Paulo:Centro de Estudos Migratórios, 1988.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)